

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CAMPUS ERECHIM**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**JUNIOR DANIEL KLEIN**

**O ESTADO LIVRE DO CONGO (1885-1908):**  
**A BARBÁRIE RETRATADA NAS FOTOGRAFIAS DE ALICE SEELEY HARRIS**

**ERECHIM**

**2022**

**JUNIOR DANIEL KLEIN**

**O ESTADO LIVRE DO CONGO (1885-1908):  
A BARBÁRIE RETRATADA NAS FOTOGRAFIAS DE ALICE SEELEY HARRIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Licenciatura em História da  
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS),  
como requisito para obtenção do título de  
licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Gérson Wasen Fraga

**ERECHIM**

**2022**

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

, Junior Daniel Klein

O Estado Livre do Congo (1885-1908): A barbárie retratada nas fotografias de Alice Seeley Harris / Junior Daniel Klein . -- 2022.

63 f.:il.

Orientador: Doutor Gérson Wasen Fraga

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em História, Erechim,RS, 2022.

1. África; Estado Livre do Congo; Imperialismo; Fotografias; Alice Seeley Harris. I. , Gérson Wasen Fraga, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**JUNIOR DANIEL KLEIN**

**O ESTADO LIVRE DO CONGO (1895-1909): A BARBÁRIE RETRATADA NAS  
FOTOGRAFIAS DE ALICE SEELEY HARRIS**

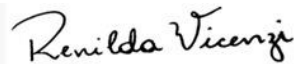
Trabalho de Conclusão de Curso de  
graduação apresentado como  
requisito para obtenção de grau de  
Licenciado em História da  
Universidade Federal da Fronteira  
Sul.

Este trabalho de conclusão de curso foi definido e aprovado pela banca em: 06/10/2022.

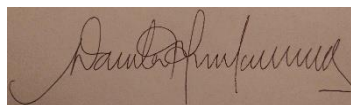
**BANCA EXAMINADORA**



Gérson Wasen Fraga (orientador – UFFS)



Renilda Vicenzi (UFFS – Campus Chapecó)



Daniela Paiva Yabeta de Moraes (UFFS)

## **AGRADECIMENTOS**

O ato de agradecer nem sempre é simples e fácil, são inúmeras pessoas que passam por nossa vida e cada uma delas de uma forma ou outra nos ajuda e auxilia em determinados momentos, acredito que na vida, nunca chegamos a algum lugar sozinhos, somos de fato seres sociáveis, que necessitam sobretudo de afeto. Gostaria de agradecer a todas as pessoas que fizeram parte, não só desse trabalho, mas também de toda a minha formação, e dizer que sem vocês nada seria possível.

Um agradecimento em especial a toda a minha família, meus pais, Ana e Rene, são meus “pilares”, meus maiores incentivadores e quem eu tanto admiro, as minhas irmãs, Catieli e Catiani, das quais tenho um imenso orgulho, aos meus cunhados, Marcos e Adjalmo, os quais tenho um grande carinho e amizade e também aos meus dois sobrinhos, Ana Julia e Marco Antonio, eles são um dos grandes amores da minha vida.

Um agradecimento especial ao meu orientador, professor Gérson, o qual não mediu esforços para auxiliar e tornar esse trabalho possível, além de ser um grande professor, se tornou um grande amigo e é um ser humano incrível. E estendo aqui meu agradecimento a todos os professores do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul, que fizeram parte da minha formação e de uma forma ou outra tem participação neste trabalho.

Por fim, um agradecimento especial, a Deus e a todos os meus amigos, sem a ajuda de vocês nada disso seria possível.

## **RESUMO**

O presente trabalho, busca analisar o processo de partilha da África, a construção do chamado Estado Livre do Congo e sua passagem ao rei Leopoldo II da Bélgica e por fim usar como prova documental as fotografias feitas pela missionária Alice Seeley Harris no Congo no início do século XX. Através disso expor a crueldade com que o regime exploratório de Leopoldo II se instaurou na região do Congo, causando atrocidades sem tamanho. Este trabalho se deu por meio de pesquisa bibliográfica e análise de imagens, onde ao final se verificou que as fotografias feitas pela missionária tiveram um grande papel na denúncia da crueldade instaurada no Estado Livre do Congo, que proporcionou um grande desastre, sem precedentes, e um genocídio de aproximadamente 10 milhões de congoleses.

Palavras-chave: Congolese; Fotografias; Genocídio; Regime exploratório; Partilha da África.

## **ABSTRACT**

The present work seeks to analyze the process of partitioning Africa, the construction of the so-called Congo Free States and its passage to King Leopold II of Belgium and, finally, to use as documentary evidence the photographs taken by the missionary Alice Seely Harris in Congo at the beginning of the 20<sup>th</sup> century. Through this expose the cruelty with which the exploratory regime of Leopold II was established in the Congo region, causing atrocities without size. This work was done through bibliographic research and image analysis, where in the end it was found that the photographs taken by the missionary had a great role in denouncing the cruelty established in the Congo Free State, which provided a great disaster, unprecedented, and a genocide of approximately 10 million of Congolese.

**Keywords:** Congolese; Photographs; Genocide; Exploratory regime; Sharing of Africa.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa das principais viagens exploratórias.....	17
Figura 2: Mapa das áreas controladas por europeus em 1880.....	21
Figura 3: Mapa com os pontos de partida dos europeus.....	26
Figura 4: Charge de Leopoldo II.....	41
Figura 5: Alice S. Harris no Congo.....	46
Figura 6: Missionários com um grupo de congoleses.....	47
Figura 7: Grupo de trabalhadores da borracha.....	48
Figura 8: Dois congoleses acorrentados.....	50
Figura 9: Nativo baleado no punho.....	51
Figura 10: Crianças com as mãos cortadas.....	52
Figura 11: Montagem com fotografias de pessoas mutiladas.....	53
Figura 12: Isekausu com a mão mutilada por um guarda da borracha.....	54
Figura 13: Congoleses segurando mão decepadas.....	56
Figura 14: Nsala observa a mão e o pé mutilado de sua filha.....	57



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1. PROCESSO DE PARTILHA DA ÁFRICA.....</b>	<b>12</b>
1.1 A CONFERÊNCIA DE BERLIM (1884-1885) .....	22
<b>2. “O ESTADO LIVRE SOB AS GARRAS DO REI”: O ESTADO LIVRE DO CONGO, EM POSSE DO REI LEOPOLDO II.....</b>	<b>28</b>
<b>3. A IMAGÉTICA DO TERROR.....</b>	<b>43</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>62</b>

## INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é buscar analisar, como as chamadas potências europeias, conseguiram tomar posse e ocupar o continente africano em quase sua totalidade, tendo um respaldo maior à questão da Bélgica, que em um primeiro momento, não teve nenhuma posse no continente africano, entretanto o Rei Belga, Leopoldo II obteve uma concessão para administrar um vasto território, o qual ficou denominando como Estado Livre do Congo. Ressalta-se nesse trabalho o chamado “processo de partilha da África”, a administração do Rei Leopoldo II, no Estado Livre do Congo e ainda o regime de terror que foi provocado pela sua administração e foi retratado nas fotografias da missionária Batista britânica Alice Seeley Harris.

Ao estudar a História, se ouve muito falar, que a mesma é contada pelos “vencedores”, algo que poderia ser questionado nos dias de hoje, visto tamanho esforço dos historiadores a buscarem uma guinada para o “outro lado”, entretanto, durante muito tempo isso foi uma realidade, a História das grandes figuras, grande homens, reis, rainhas,, essa era a história aclamada. Porém, neste trabalho buscase a chamada guinada para mostrar o lado dos chamados “vencidos”, conquistados, colonizados, termos esses em sua grande parte pejorativos, mas amplamente difundidos em mundo. Busca-se retratar o grande martírio que afetou o Congo, em especial entre os anos 1885 a 1908, anos da administração leopoldiana.

O tema central deste trabalho, gira em torno do processo de partilha do continente africano, da constituição do Estado Livre do Congo com a administração do rei belga Leopoldo II e por fim da apresentação de toda a barbárie praticada pelo seu regime naquele local, tendo como prova documental as fotografias de Alice Seeley Harris. A problemática desse trabalho permeia o que aqui foi retratado e busca analisar o que ocorreu para que essa barbárie recaísse sobre aquele povo, se é que exista uma explicação. E se justifica, .....?

Este trabalho apresenta como metodologia, a análise bibliográfica dos escritos sobre os acontecimentos e também uma análise fotográfica, que terá como ênfase a chamada “prova documental” e visual sobre o regime de terror implantado no Estado Livre do Congo (1885-1908). O trabalho traz como justificativa, compreender esse processo exploratório que deixou inúmeras marcas naquele local, marcas essas que

quando vistas, são quase que inconcebíveis e transcendem tudo o que podemos julgar como um “ato humano”.

A organização deste trabalho, obedecerá a uma sistemática composta por 3 capítulos principais e 1 subcapítulo:

O primeiro capítulo, “O processo de partilha da África”, aborda todo o processo inicial, antes da chamada partilha, os eventos que desencadearam os europeus a adentrarem no continente africano e ação dos chamados explorados, além das disputas entre algumas potências, até a Conferência de Berlim em 1884. A conferência e o processo de “partilha” da África, assim como a concessão do Congo a Leopoldo II, estarão no subcapítulo 1.1, “A conferência de Berlim (1884-1885)”.

O segundo, intitulado “O Estado Livre sob as garras do Rei: O Estado Livre do Congo em posse do Rei Leopoldo II”, onde busco retratar todo o sistema de administração implantado pelo rei, desde os principais produtos extraídos até o regime militarizado e o trabalho forçado imposto por ele a todos os congolese<sup>1</sup>, que proporcionou um imenso genocídio e dizimou grande parte da população local. Assim como retrata também as denúncias contra o rei e a passagem da sua colônia para o Estado belga em 1908.

O terceiro e último capítulo, “A imagética do terror”. Neste capítulo, tem uma breve contextualização do uso da fotografia como fonte histórica e prova documental, posteriormente são expostas as fotografias da missionária Alice Seely Harris, fotografias que ela tirou entre os anos de 1898 a 1905, período em que permaneceu em uma missão junto ao marido John Hobbis Harris, no Estado Livre do Congo. Foram selecionadas 9 fotografias, que tem como princípio agir como prova documental e dar magnitude de toda a barbárie que foi praticada em solo congolês, contra seus próprios nativos.

Para dar conta de todo esse trabalho, serão utilizados vários autores, entre eles Leila Leite Hernandez (2008), Henri Brunschwing(1971), J. F. Ade Ajayi (2010), Godfrey N. Uzoigwe (2010), Albert Abu Boahen (2010), Martino Camargo Milani (2011), Evelyn Rosa do Nascimento (2015) e Adam Hochschild (1999), entre outros. Ainda, como fonte de pesquisas as fotografias sobre a barbárie no Estado Livre do Congo, da missionária Alice Seely Harris, essas fotografias se encontram em diversos sites, tendo

---

<sup>1</sup> Os povos desta região serão chamados de congolese pela determinação com a criação do estado Livre do Congo, aquelas pessoas se autodenominassem de congolese. Habitantes, pessoas do território de domínio do rei Leopoldo II – no texto nominados congolese.

sido destacado, três sites em especial, sendo dois deles blogs, “O Malomil: as aventuras de Alice no coração das trevas”; “Projeto Negritude EA: A denúncia em foto, a expedição fotográfica de Alice Harris no Congo Belga” e “Biography: human rights photographer Alice Seeley Harris”. Esse será o arcabouço teórico usados nesta pesquisa, tendo autores e autoras com propostas que questionam o colonialismo. Buscará a reflexão e exposição a respeito de todos os pontos aqui salientados para a conclusão desta pesquisa, por fim farei a exposição dos resultados obtidos nas considerações finais.

## **1-PROCESSO DE PARTILHA DA ÁFRICA**

Em meados do século XIX, a Europa vivia o contexto da Revolução Industrial que teve início na Inglaterra na segunda metade do século XVIII. Esse processo não modificou somente os meios de produção, ele consolidou o capitalismo como modo de produção vigente e acarretou várias outras mudanças na sociedade europeia da época. Vale lembrar que ele não se deu de maneira uniforme em toda a Europa, mas em um processo gradativo. A Inglaterra, que era a potência industrial da época, vinha na linha de frente, sucedida pela França, que teve um fomento na sua industrialização com o Governo de Napoleão Bonaparte, no início do século XIX.

A industrialização e o desenvolvimento de alguns países Europeus vão ter um grande reflexo em todo o mundo, inclusive no continente africano, pois para os europeus se fazia necessário ter um grande fornecimento de matéria-prima. A América já estava em seu processo de descolonização e vinha se mostrando um mercado promissor para a compra de produtos que vinham das indústrias europeias, visto que até o momento não havia um maior desenvolvimento industrial nessa porção continental. Isso fez com que os Europeus olhassem com mais atenção para o continente africano, que já havia sido de grande importância para eles, levando em conta o comércio de pessoas escravizadas. Entretanto, tal era realizado na costa da África. Pessoas eram capturados no interior do continente e passavam a condição de escravizados, elas eram trazidas até a costa para serem comercializados com os europeus que, segundo Henri Brunschwig (1971), faziam as suas transações o mais rápido possível para fugir do clima seco e úmido daquelas regiões, que eram conhecidas como o “túmulo dos homens brancos”. Até esse momento as grandes potências europeias não se interessavam tanto assim em obter um certo domínio do continente africano, como apontou Brunschwig (1971, p. 17):

Em fins do século XVIII não havia soberania estrangeira a não ser em alguns pontos da costa da Angola e de Moçambique, sob domínio português, na Gâmbia britânica e no Senegal francês.

A situação evoluiu muito lentamente no longo dos dois primeiros terços do século XIX. O escravo foi progressivamente substituído pelo óleo de palma e por diversos produtos de menor importância, como o marfim, o ouro ou as penas de avestruz.

Entretanto, segundo Ajayi (2010), já no fim do século XVIII os europeus haviam realizados expedições pelo território africano, buscando recolher informações mais precisas sobre as características geográficas, curso de rios, se eram navegáveis ou não, rotas mais propícias, a situação de montanhas e lagos, repartição da população e também saber quais eram os maiores Estados, assim como sua produção agrícola e os mercados importantes. Essas informações serviriam como guia para facilitar a entrada e o interesse em novas mercadorias, aspecto fundamental para continuar o comércio com o continente, pois em 1807 o governo inglês viria a proibir o comércio de escravos aos mercadores ingleses, fazendo da cidade de Freetown uma colônia da Coroa e também uma base de sua campanha naval contra o tráfico ao largo da África Ocidental.

Outro fator que propiciou ao homem branco adentrar no território africano foi o avanço da medicina, fazendo com que a suposta barreira biológica que protegia aquele lugar dos estrangeiros fosse de certa forma quebrada. Uma série de exploradores foi formada com o intuito de mapear geograficamente o território (e de conseguir fortunas próprias), se embrenhando no continente africano, expostos a vários tipos de perigos e doenças, o que de fato não era uma tarefa fácil para nenhuma pessoa. Ressalte-se também que, com muito afincamento, o trabalho dos missionários, que na maioria das vezes estavam a serviço dos Estados europeus, estabeleciam uma expedição em busca de levar àqueles povos a fé cristã, em um prolongamento do ideário das missões instaladas na América séculos atrás.

Foi com o desempenho de missionários e exploradores que o continente começou a ser efetivamente rasgado. Os primeiros, em especial, a partir de 1830, eram anglicanos, metodistas, batistas e presbiterianos, a serviço da Grã-Bretanha, desenvolvendo seus trabalhos na Serra Leoa, na Libéria, na Costa do Ouro e na Nigéria. Por sua vez foram luteranos alemães e uma variedade de calvinistas evangélicos, a serviço da Sociedade Missionária de Londres, que se dirigiam para as cercanias das fronteiras do Cabo. Lá desenvolveram um trabalho de conversão ao cristianismo entre os Khois e o povo tswana ao norte do rio Orange. (HERNANDEZ, 2008, p.53).

Esse trabalho missionário vai permanecer por muito tempo no continente africano, ainda que passando por reformulações, visto que os primeiros missionários facilitaram essa “abertura” do interior africano para os exploradores europeus. O fato é que a cristianização e o fator humanitário ficaram imbuídos nas várias propostas dos líderes europeus, dando legitimidade para a entrada destes nas diversas sociedades do continente africano.

Esse processo de cristianização, seja católico ou protestante, se estabeleceu com um propósito comum, se articulando em pontos cruciais, não só para promover a conversão ao cristianismo, mas também para estabelecer uma série de valores europeus (relacionados ao modo de vida) para serem inseridos na vida daquele povo que estava em processo de conversão. Em sua grande parte, isso ia contra os costumes locais e seus ritos. De fato, não houve uma incorporação simples pelos povos daquelas regiões, esses continuavam seus ritos, seja de forma aberta ou clandestina, nem o processo de evangelização abrangia a todos. Porém, como ressalta Hernandez (2008, p.54), “(...), considerando às fases anteriores ou posteriores ao crescimento do trabalho missionário, no século XIX, é inegável a sua contribuição na abertura do continente”. Esse trabalho missionário, seja de forma proposital ou não, favoreceu muito a implantação do Colonialismo na África.

Uma grande importância teve também a ação dos exploradores. Esses, como os missionários, se embrenhavam no interior africano, mas, em vez de levar a evangelização aos povos africanos, os exploradores, em um primeiro momento buscavam a comercialização. Muitos almejavam o enriquecimento particular, mas o primordial, como o próprio termo “explorador” já define, era a exploração do continente africano e o conhecimento das riquezas em seu interior. Muitas dessas incursões foram patrocinadas pelos países europeus associados a setores privados, destinadas a obter informações geográficas do território, curso de rios, navegação, o que era cultivado em determinadas regiões, como era o povo de lá e se eram mais hostis ou receptivos. Assim, os exploradores por vezes eram incumbidos de formular uma série de tratados comerciais com líderes locais, bem como assegurar o acesso ao território.

O que deu impulso decisivo à exploração do continente africano foi a procura por grandes eixos de acesso ao interior, da maior importância para os interesses comerciais sobretudo dos ingleses e franceses. Foi o que estimulou a procura pela nascente do Rio Nilo e a descoberta dos cursos do Rio Níger (com cerca de 4.200 quilômetros na África Ocidental), do Zaire (com 4.700 quilômetros,

do leste angolano ao atlântico) e do Zambeze (com 2.700 quilômetros, unindo Zaire e Angola ao Índico). (HERNANDEZ, 2008, p.55).

Dá para se notar o grande interesse com que se buscava os cursos dos rios, no intuito de encontrar partes navegáveis, que propiciassem não só a entrada na África, mas locais para escoamento de mercadorias e produção. Mas isso é um trabalho lento, que demanda recursos e muito afinco. Em sua maioria, os exploradores aproveitavam as informações de outras incursões já realizadas para conseguir adentrar mais facilmente, pois representava um grande perigo se embrenhar no continente, em uma área até o momento pouco conhecida e lançado somente à própria sorte. Conforme Hernandez (2008), uma das primeiras incursões realizadas a partir do final do século XVIII é do escocês Mungo Park, em 1795, que viajou aproximadamente um ano e meio buscando explorar a bacia do Níger. Essa incursão teria sido financiada pela Associação para a Promoção das Descobertas das Áreas Interiores da África, que ficou conhecida como Associação Africana. Criada em 1778, ela tinha sua sede em Londres e reunia aristocratas e homens de negócios com interesses predominantemente comerciais. Diversas associações como essa foram criadas, cada uma com seu ideário e muitas delas financiaram viagens exploratórias pelo continente africano.

Assim como existiu a Associação Africana, em 1876 foi criada a Associação Internacional Africana de uma maneira diferente, já no ápice de incursões exploratórias. O Rei Leopoldo II da Bélgica reuniu em seu palácio em Bruxelas uma série de exploradores e representantes das grandes sociedades geográficas de diversos países, para uma Conferência Internacional de Geografia, tudo isso na “esteira da Ideologia humanitária” (BRUNSCHWIG, 1971, p.33).

O rei do Belgas era um homem de negócios, hábil na gerência de uma grande fortuna pessoal. Apaixonado pela geografia, ele mantinha-se ao corrente de todas as explorações em todos os continentes. Relacionado com as personalidades dos meios humanitários, comerciais e científicos do mundo, ele partilhava as convicções dos representantes da colonização moderna e duvidava do futuro do livre-cambismo, a que os Belgas se tinham apegado. (BRUNSCHWIG, 1971, p.33).

Leopoldo vinha lançando seus olhares para a África Central, a qual Cameron<sup>2</sup> tinha atravessado (1873-1874). Ao promover esse Congresso com um propósito até então

---

<sup>2</sup> Explorador inglês, que foi selecionado para comandar uma expedição da Royal Geographical Society, em 1873, para auxiliar Livgstone, na África. Sendo Cameron o primeiro explorador europeu, ao final de sua expedição, a atravessar a África Equatorial ou Central, de mar a mar.

pretensamente humanitário, nele ficou firmada a criação da Associação, a qual Leopoldo aceitou o cargo de presidir pelo período de um ano. Essa Associação contava com os comitês nacionais que reuniam fundos para a criação de estações hospitalares, científicas e pacificadoras, com vistas a abolir a escravatura e a estabelecer a concórdia entre os chefes. Ao todo, em 1877, contava com a representação de 18 comitês.

Voltando aos exploradores, todos têm um papel fundamental para essa abertura do território africano para a Europa. Um exemplo é David Livingstone, um missionário que veio a ser um dos primeiros e mais importantes exploradores do continente africano. Sua primeira viagem para o continente foi aproximadamente em 1841, pretendendo realizar um trabalho de cunho missionário. Entretanto, ao se deparar com as dificuldades de promover a cristianização dos povos africanos, julgou necessário realizar um extenso trabalho vinculado à exploração a serviço britânico. “(...) em 1849, Livingstone chegou à atual África do Sul. Em seguida atravessou a África do ocidente para o oriente, descendo o Zambeze. Em 1856, chegou a costa do Índico; em 1858 descobriu o lago Niassa e, em 1859, alcançou Luanda.” (HERNANDEZ, 2008, p.57).

Outra personagem que chama bastante a atenção é Henri Morton Stanley, que foi um jornalista e explorador de nacionalidade britânica. Ele teria realizado a sua primeira viagem à África para descobrir o paradeiro de David Livingstone, em 1869, pois o missionário e explorador não teria mais entrado em contato com a Europa. Stanley o teria encontrado em 1871, explorando junto a ele um tanto do território africano, onde Livingstone achava ter encontrado uma ligação entre o Lago Tanganica e o Nilo, mas que na verdade tratava-se da parte superior do Rio Lualaba.

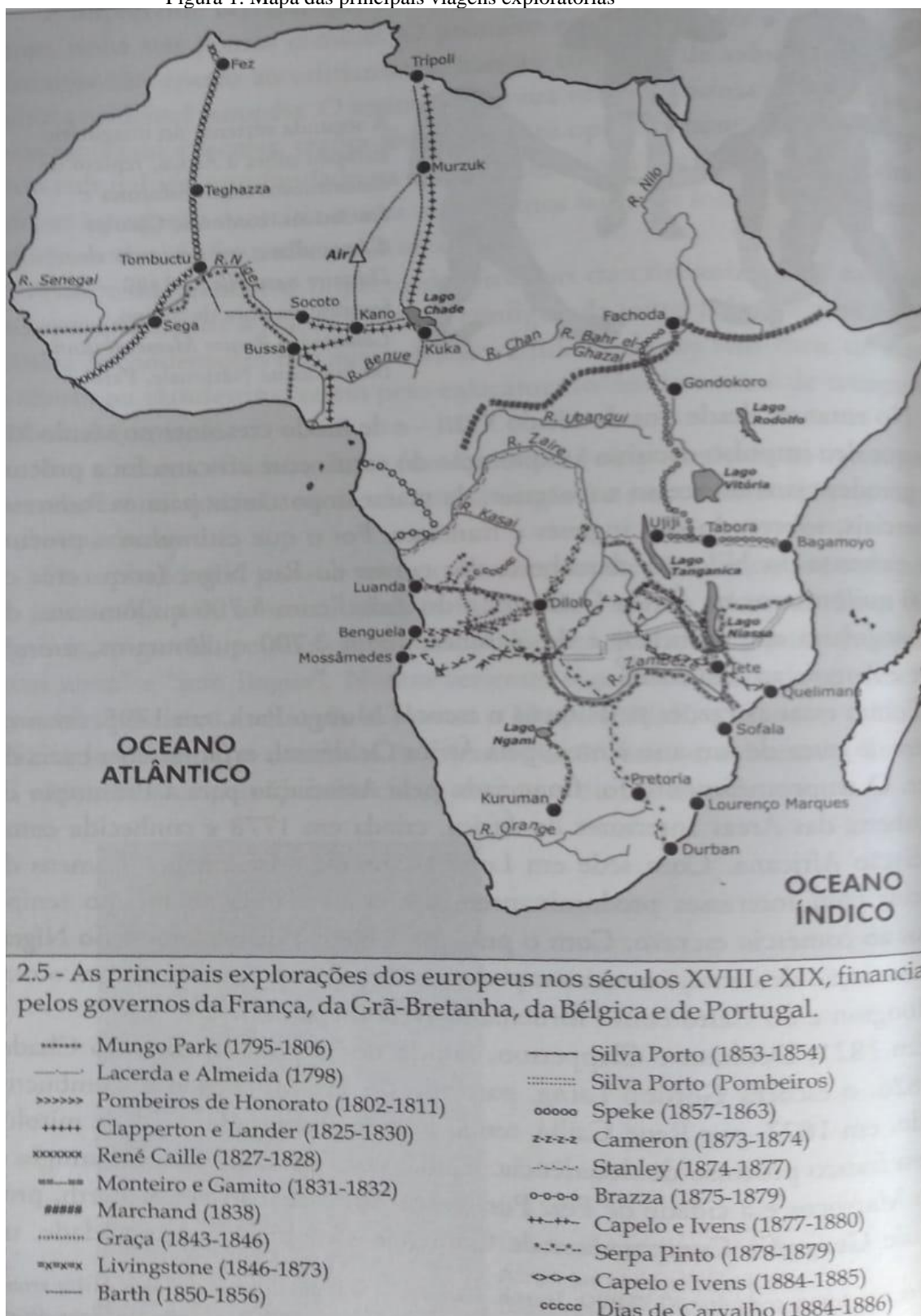
O problema de Lualaba mantinha-se na mesma: e os dois diários, o *Daily Telegraph*, de Londres, e o *New York Herald*, que reuniram os fundos para encarregar o melhor repórter da época, Henry Morton Stanley, de o resolver, não pensavam certamente em aventurar-se na política. Stanley, ricamente provido, organizou a sua expedição em Zanzibar, que deixou em março de 1874. Caminhou ao longo do rio no decurso dum périplo memorável de três anos. (BRUNSCHWIG, 1971, p. 31-32).

Esse “problema de Lualaba” dizia respeito ao curso do rio que se verificou ser o alto do Rio Congo. Em 1877, ele finaliza a sua expedição, chegando a Boma. Como apontou Brunschwig (1971), ele constatou ali que a África Central era facilmente acessível pelo Leste, e que o Rio Congo era um rio navegável entre o que ficou denominado como *Stanley Falls* e os rápidos da jusante do *Stanley Poll*.



Em 1875, um jovem oficial francês de origem italiana realizou uma exploração na África. Era ele Pierre Savorgnan de Brazza, que conseguiu a aprovação para sua exploração por conta de que o ministro da marinha francesa, o Almirante Montaigne, era amigo dos Brazza. A sua proposta era explorar Ógoué. Segundo Brunchwing (1971), ele partiu em agosto de 1875, acompanhado de dois companheiros brancos, o Dr. Ballay e o quartel-mestre Hamon, munido de um crédito de 10.000 francos para uma exploração de 6 meses. No entanto, ficou três anos afastado, só voltando a Bordéus em janeiro de 1879, tendo gasto 40.000 francos, dos quais, grande parte foi tirada de sua fortuna pessoal.

Figura 1. Mapa das principais viagens exploratórias



Fonte: Hernandez, 2008, p.56

Sobre os feitos da primeira viagem de Brazza, destaca-se o fato de que ele:

Tinha conseguido, sem violência, conquistar as tribos costeiras do Ogoué, e percorrer o planalto *batéke* entre a nascente do Ogoué e um rio que corria para o sul, e que os desenhos de Stanley permitiram identificar como sendo o Alima, afluente do Congo, a montante do Pool. Havia, pois, uma via de acesso relativamente fácil do Atlântico em direção ao Pool a partir do qual a imensa bacia era navegável. (BRUNSCHWIG, 1971, p.32).

A sua viagem exploratória rendeu aos franceses apresentar um brilhante explorador de classe internacional, visto que suas verificações tinham importantes resultados científicos. Entretanto, nada que seria de empreender uma grande ação política pela posse de territórios que nenhum rival reivindicava.

Após a volta da viagem, tanto de Stanley quanto de Brazza, o Rei Leopoldo II, que na oportunidade era presidente da Associação Internacional da África (A.I.A), convidou os dois para colaborarem em seu projeto, pois tinha um interesse naquela área da bacia do Congo. “Brazza, receando ver a região do Gabão escapar à França, recusou. Stanley aceitou, sem se inquietar muito por ver o rei fundar, então, uma segunda associação internacional, o Comité de Estudos do Alto Congo, (...)” (BRUNSCHWIG, 1971, p.33).

Esse Comité era dominado pelo Rei Leopoldo II, que também disponibilizou a maior parte dos recursos necessitados por Stanley para realizar a sua “missão” na exploração daquela porção da África. O comité tinha como propósito ainda, além de um declarado “objetivo filantrópico”, uma prospecção econômica. Stanley recebia ordens diretas do Rei Leopoldo e agia em seu nome, assegurando boa parte dos seus interesses e fazendo prosperar a sua estratégia.

Stanley ficou encarregado da criação de Estados independentes sob a soberania do Comitê, tornando-os assim Estados Livres, sem a soberania “direta” do rei ou do Estado belga, que não tinha interesse em colônias na África naquele momento. “Isto não significava o estabelecimento duma soberania estrangeira, pois o rei não agia como chefe do Estado belga. Mas criava um Estado Africano de tipo novo, de que o chefe seria o Comitê, quer dizer, Leopoldo” (BRUNSCHWIG, 1971, p.34). Isso ressalta que o Estado não estaria sob a liderança de Leopoldo, ao menos nominalmente, mas o presidente do Comitê era Leopoldo, era ele quem de fato ditava as regras, então essas ações asseguravam, parcialmente, territórios de seu real interesse. A ação de não se portar como real soberano neste processo se dava pelo fato de não chamar a atenção para as áreas de interesse das potências europeias, pois caso uma grande potência da época, como a

Inglaterra, tivesse pretensões naquele local, dificilmente Leopoldo conseguiria assegurar esse território para seus propósitos.

O obstáculo a recear era de que Brazza e o Dr. Ballay (...) agissem oficialmente em nome de uma grande potência e anexassem o Congo à França, como os Ingleses tinham feito com o Transval no momento em que Leopoldo ai negociava um acordo, em 1877. (BRUNSCHWIG, 1971, p.34).

De fato, Brazza regressou à África, sendo encarregado de instalar uma estação hospitaleira, científica e pacificadora no alto Ogoué. Após isso, ele prosseguiu sua expedição, firmando, em 10 de setembro de 1880, um tratado com Makoko, que era o chefe Bateké. Por esse tratado o chefe Makoko fez a cessão de seu território à França, território esse que estava entre a nascente e a embocadura de Lafini e Neuna. A França, em troca, cedia a Makoko os direitos hereditários de supremacia, sendo Brazza considerado o representante do Governo Francês. (BRUNSCHWIG, 1971, p.35).

Isso ia contra os propósitos de Leopoldo, que fez inúmeras tentativas para a não ratificação desse tratado, mas ele foi ratificado em 22 de novembro de 1882, pela Câmara, de forma unânime. Nesse meio tempo, Leopoldo começou a apressar Stanley para dar prioridade à formação dos Estados Negros como forma de acelerar o processo e lhe garantir ao menos uma parte desse território da bacia do Congo. Em 1884, Leopoldo conseguiu o reconhecimento oficial por parte dos Estados Unidos, da bandeira da A.I.A., que passou a ser Associação Internacional do Congo.

Portugal, por outro lado, inquietou-se. Instalado em Angola, ele invocava direitos de prioridade históricos sobre a embocadura do Congo, descoberta pelos seus navegadores no século XV e dominada pelo seu aliado, o Reino do Congo, nos séculos XVI e XVII (...) Depois, muito frágil para impor sozinho o reconhecimento das suas pretensões, pôs fim ao longo conflito que opunha à Inglaterra sobre os limites de seu estabelecimento em Moçambique, e obteve, em troca por tratado de 26 de fevereiro de 1884, o reconhecimento pela Inglaterra da sua soberania sobre as margens e o estuário e sobre as costas atlânticas ao norte e ao sul da embocadura. (BRUNSCHWIG, 1971, p.37).

Essa atitude da Inglaterra gerou uma série de protestos, tanto feitos por agentes de Leopoldo, como por comerciantes ingleses e missionários protestantes ali instalados. Isso levou o “Governo Britânico a renunciar a submeter o tratado à ratificação do Parlamento” (BRUNSCHWIG, 1971, p.37).

De todo modo, o conceito geral do problema das explorações trazia embutido os objetivos de controlar os principais cursos dos rios e, em consequência, o fornecimento dos produtos das suas circunvizinhanças, e de estabelecer

tratados diplomáticos com os principais chefes africanos, em especial nas bacias do Níger e do Congo. (HERNANDEZ, 2008, p.57).

(...) tentando compreender a importância dessas viagens exploratórias para os países europeus, é útil recordar que elas não só deram continuidades como aceleraram o processo de “roedura” do continente e tornaram acaloradas as discussões sobre a partilha, precipitadas pela forte crise do Império Otomano e pelo final do trato negreiro. O marco foi a Conferência de Berlim, cujas consequências para a África fazem-se presentes até os dias atuais. (HERNANDEZ, 2008, p.59).

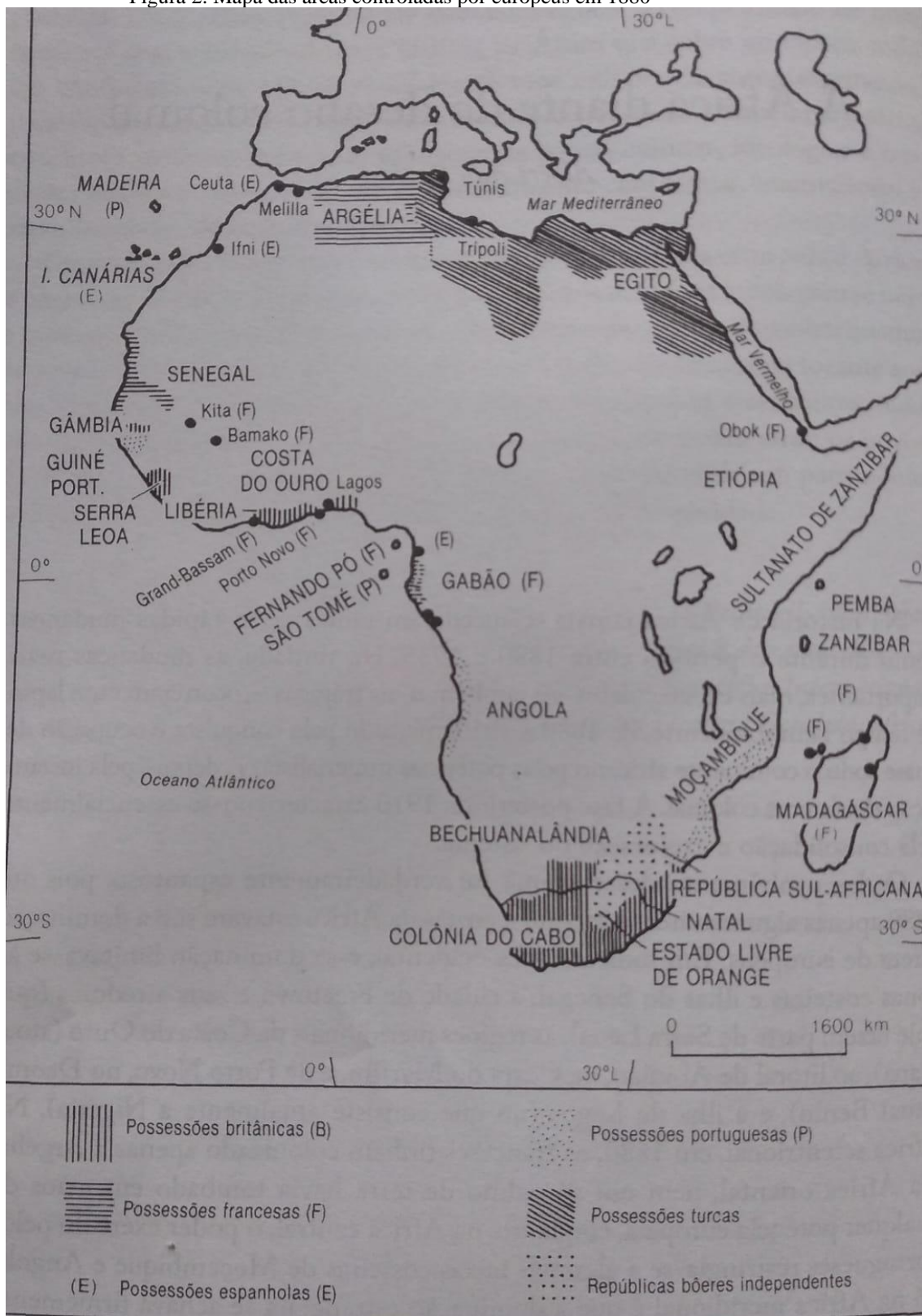
Para Uzoigwe (2010), foram três os motivos principais que desencadearam essa corrida para a África e a realização da Conferência de Berlim em 1884. Um primeiro motivo seriam as atividades de Henry Morton Stanley a mando do Rei Leopoldo II, levando em conta ainda a Conferência de Bruxelas<sup>3</sup>, realizada pelo rei. Um segundo motivo foram as atividades de Portugal, desde 1876, mas tendo notoriedade quando anexou em 1880 as propriedades rurais afroportuguesas de Moçambique, que já estavam quase independentes. E o terceiro motivo, muito forte, foi a política expansionista da França entre 1879 e 1880, na qual o explorador Brazza teve uma grande participação. A esses três motivos, Hernandez (2008, p.61), acrescenta um quarto, que seriam “os interesses em torno da livre navegação e do livre comércio nas bacias do Níger e do Congo, manifestado de forma explícita, sobretudo pela Grã- Bretanha. (...)”

Até a década de 1880, não se tem uma divisão de territórios e colônias europeias na África, para além das possessões dominadas na região litorânea. O interior permanece uma área sem dominação efetiva e assegurada pelos europeus. O que há são disputas territoriais. Esse período, que vai da metade de 1870 até meados de 1880, foi repleto de acontecimentos que mexeram com a organização das potências Europeias para suas propostas na África. Uma série de tratados começaram a ganhar notoriedade. Algumas potências iam se organizando da forma que desejavam, estabelecendo e assegurando territórios por tratados realizados com os líderes africanos. Para evitar desentendimentos e assegurar um comércio pacífico para que as potências europeias pudessem usufruir da melhor forma daquele território, interveio a figura de Otto von Bismark, chanceler alemão que liderou a Conferência de Berlim.

---

3 Foi uma Conferência Internacional de Geografia, com o objetivo de “abrir” à civilização a única parte do globo que ainda não havia sido penetrada (A África). Compareceram os principais especialistas da época e exploradores de diversos países. Tendo em seu final firmado a criação da Associação Internacional Africana (AIA). (BRUNSCHWIG, 1971, p.33).

Figura 2. Mapa das áreas controladas por europeus em 1880



Fonte: Livro História Geral da África VII, p.02

Esse mapa apresenta as possessões europeias na África da década de 1880, às vésperas da Conferência de Berlim. Até 1880, em cerca de 80% do seu território, a África era governada por seus reis, rainhas, chefes de clãs e de linhagens, em impérios, reinos, comunidades e unidades políticas de porte e natureza variados” (BOAHEN, 2010, p.03). Algo que veio a mudar de forma radical no decorrer dos anos posteriores.

### **1.1- A CONFERÊNCIA DE BERLIM (1884-1885)**

A Conferência de Berlim ocorreu entre os dias 15 de novembro de 1884 e 23 de fevereiro de 1885.

A ideia de uma conferência Internacional que permitisse resolver conflitos territoriais engendrados pelas atividades dos países europeus na região do Congo foi lançada por iniciativa de Portugal, mas retomada mais tarde por Bismarck, que, depois de ter consultado outras potências, foi encorajado a concretizá-la. (UZOIGWE, 2010, p. 33).

Os países signatários da Ata Geral eram: França, Grã-Bretanha, Alemanha, Bélgica, Portugal, Espanha, Itália, Áustria-Hungria, Dinamarca, Rússia, Países Baixos, Suécia, Noruega, Turquia e Estados Unidos da América. Os Estados Unidos vinham despontando como uma potência com respaldo internacional, por isso se fazia presente na Conferência, que em um primeiro momento não propunha uma partilha da África, mas uma adequação mais formal aos empreendimentos lá feitos e aos acordos firmados, assim como a proposta de uma livre comercialização nos territórios e livre navegação pelos rios.

Não se falava em partilhar a África, mas antes de assegurar a continuação do livre comércio tradicional nas costas e nos grandes rios. A tentativa de Bismarck respeitava mais à política nacional externa dos Estados Europeus, entre os quais ele queria desempenhar um papel de árbitro, do que às suas políticas coloniais. Mas não deixava de ser a primeira vez que a África era objeto de uma conferência internacional. Bismarck fê-la sair do pequeno palco, onde marinheiros e colonos se agitavam sob o controle um pouco desdenhoso de seus governos, para a introduzir no grande teatro da diplomacia internacional. (BRUNSCHWIG, 1971, p. 38).

Entretanto com o desenrolar da Conferência a situação mudou, e de fato, houve o que poderíamos classificar como o grande pontapé inicial da chamada “Partilha da África”. O território africano foi discutido e colocado em pauta na Conferência, seguindo os interesses das potências presentes. Ela seguia somente os ideais e as vontades dos líderes que buscavam extrair e se apropriar daquele território. Como ressaltou Uzoigwe (2010), isso foi um acontecimento sem precedentes, onde Estados se arrogavam o direito

de poder sancionar os princípios da partilha e dominação de um outro continente. “As apropriações de territórios deram-se praticamente no quadro da conferência, e a questão das futuras apropriações foi claramente levantada na sua resolução final.” (UZOIGWE, 2010, p.35).

Em linhas gerais, pode-se dizer que foram estipulados princípios para a colonização e dominação do território africano que não poderiam ser violados pelos países presentes na Conferência, assim como ela tinha por objetivos a livre navegação e comercialização nos dois principais rios que deságuam no Atlântico: o Niger e o Congo.

Após toda a negociação envolvendo atos políticos e de diplomacia durante a Conferência de Berlim, que se encerrou em 23 de fevereiro de 1885, foi assinada a chamada Ata Geral<sup>4</sup>, dispõe de 7 capítulos e 38 artigos.

Os capítulos são os seguintes<sup>5</sup>:

#### **I- “Declaração relativa à liberdade de comércio na bacia do Congo, suas embocaduras e regiões circunvizinhas, e disposições anexas”**

Esse capítulo garantia a livre navegação na bacia do Congo, assim como em afluentes e lagos. Possibilitava a livre comercialização e, conforme destacado no Art. 4, as mercadorias importadas para aquele território estavam isentas de direitos de entrada e de circulação. Isso previsto para um período de 20 anos. Passado esse tempo, seria discutida a manutenção da isenção. O Art. 6 previa que toda a potência que exercesse direito de soberania sobre um território na região deveria proteger os indígenas, missionários e viajantes, assim como proporcionar o melhoramento de vida da população. O Art. 8 atribuiu o direito de vigilância à Comissão Internacional do Congo.

#### **II- “Declaração respeitante ao tráfico de escravos”**

Prevvia que era proibido o comércio e o trânsito de escravos pela Bacia Convencional do Congo, e que as potências deveriam se comprometer a promover meios de combate ao comércio de escravos e também punir quem fosse visto promovendo esse comércio (p.86).

---

<sup>4</sup> [https://mamapress.files.wordpress.com/2013/12/conf\\_berlim.pdf](https://mamapress.files.wordpress.com/2013/12/conf_berlim.pdf). Ata Geral, em meio online.

<sup>5</sup> DE CLERQ, Recueil. “Des traités de la France”. In: BRUNSCHWIG, Henri. *A partilha da África*. Lisboa: DomQuixote,1971. P. 80-97.



### **III- “Declaração relativa à neutralidade dos territórios compreendidos na bacia do Congo”**

Faz alusão ao caso de alguma potência que exerça soberania ou algo do tipo na região entrar em guerra com outra. As regiões seriam colocadas em regime de neutralidade, sendo que as partes em conflito não poderiam transformar esses territórios em bases de operações de guerra e nem alargar as hostilidades a outros territórios neutros. Assim, no caso de “dissensão séria” nos limites dos domínios sob liberdade comercial, as potências presentes na Ata Geral se comprometiam a, antes de pegar em armas, recorrer à mediação pacífica de Potências amigas-Art. 12 (p.87).

### **IV- “Ata de navegação do Congo”**

Se refere a livre navegação e todas as nações no Rio Congo. “[...] não será concedido nenhum privilégio de navegação quer a quaisquer sociedades ou corporação quer a particulares.” (p.87) -Art.13.

### **V- “Ata de navegação do Níger”**

Assegurava, assim como a ata de navegação do Congo, a livre navegação e comércio nas águas do Níger, afluentes, ramificações e saídas, que estavam sob soberania ou protetorado da Grã-Bretanha e França, e que deveriam aplicar os princípios previstos na Ata, como ficou marcado nos Artigos 30: “A Grã-Bretanha compromete-se a aplicar os princípios de liberdade de navegação [...], onde e enquanto as águas do Níger, dos seus afluentes, ramificações e derivações estão ou venham estar sob a sua soberania”(p.94); e 31: “A França aceita sob as mesmas reservas e em termos idênticos as obrigações consagradas no artigo anterior, enquanto as águas do Níger, dos seus afluentes, ramificações e derivação estão ou venham estar sob a sua soberania ou o seu protetorado” (p.95).

### **VI- “Declaração relativa às condições essenciais a preencher para que novas ocupações nas costas do continente africano sejam consideradas como efetivas”**

Pressupõem uma partilha, sendo que uma potência que venha a adquirir uma nova posse na região deveria informar as outras potências que faziam parte da Ata Geral. Determina ainda a obrigação de assegurar, no território conquistado nas costas do continente africano, a existência de uma autoridade que faça respeitar os direitos, assim como também, a livre navegação e comércio.

## VII- “Disposições gerais”

“Art.36- As Potências signatárias do presente ato reservam-se o direito de introduzir nele ulteriormente, e de comum acordo, as modificações ou melhoramentos cuja utilidade seja demonstrada pela experiência” (p.96). Tendo expresso as disposições gerais sobre a possível entrada de outras potências no tratado e a ratificação da Ata, foi está assinada por todos os líderes e representantes presentes.

A carta geopolítica da África estava basicamente pronta, sendo boa parte das fronteiras conservada, no seu conjunto, até os dias atuais. Com isso foram desconsiderados os direitos dos povos africanos e as suas especificidades históricas, religiosas e linguísticas. Em outras palavras, as fronteiras da nova carta geopolítica da África, aprovada na Conferência de Berlim, raramente coincidiram com as da África antes dos portugueses [...].

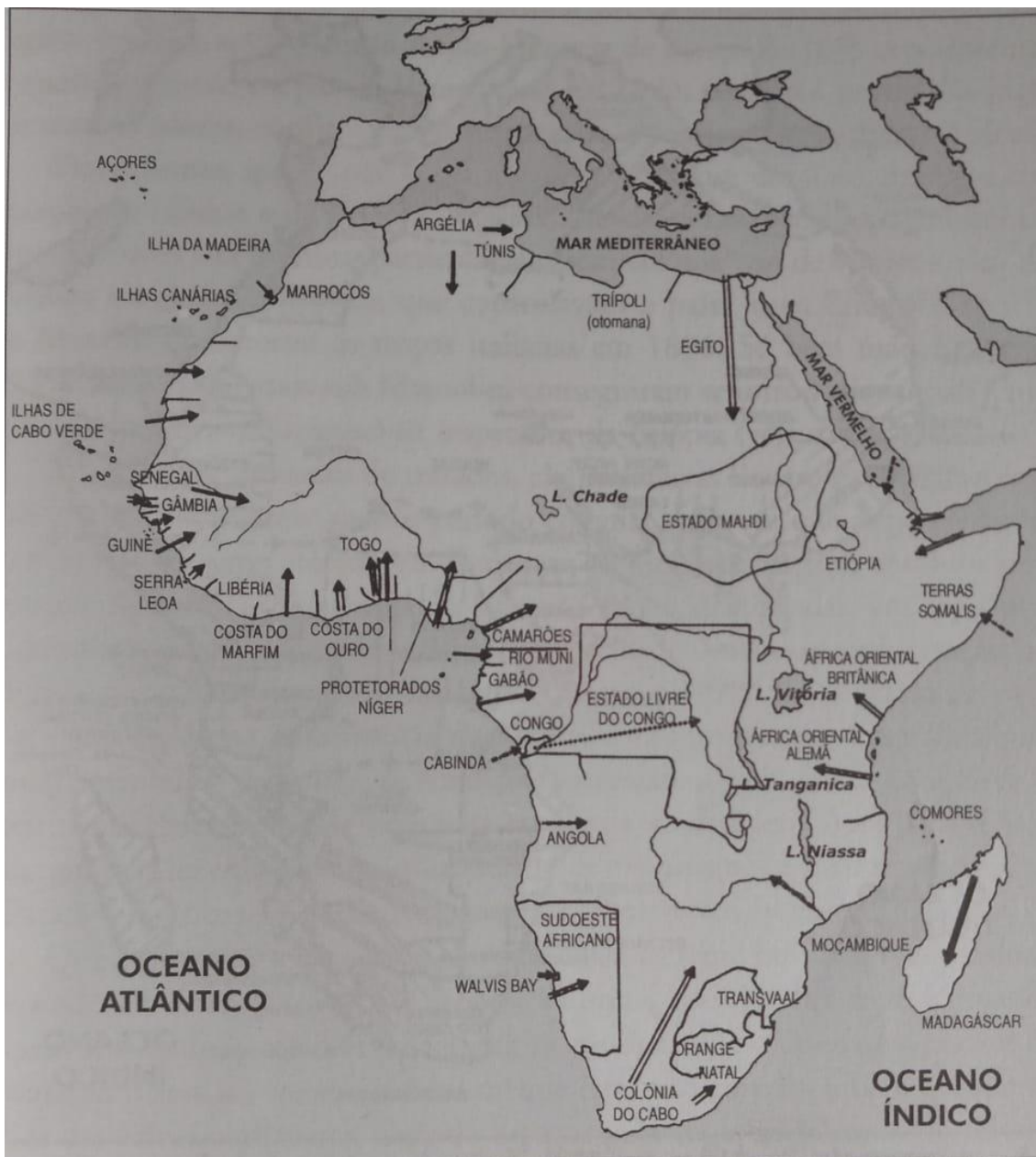
A partir da conferência, a corrida ao continente africano foi acelerada, num gesto inequívoco de violência geográfica por meio da qual quase todo o espaço recortado ganhou um mapa para ser explorado e submetido a controle. (HERNANDEZ, 2008, p.64).

Ressalta-se aqui o papel fundamental que a Conferência de Berlim teve em todo o processo de articulação das potências para a partilha do continente africano, estabelecendo uma forma legalizada e sobretudo organizada de ocupação territorial, arrogando métodos e partilha de territórios sobre o continente africano, seus rios e suas terras. Esse processo foi idealizado, organizado e realizado por europeus, sem a participação africana. Se decidia sobre a África, mas não importava de fato a vontade de seu povo.

Dizer, ao contrário da opinião geral, que ela não retalhou a África só é verdade no sentido mais puramente técnico. As apropriações de territórios deram-se praticamente no quadro da conferência, e a questão das futuras apropriações foi claramente levantada na sua resolução final. De fato, em 1885, já estavam traçadas as linhas da partilha definitiva da África. (UZOIGWE, 2010, p.35).

Uzoigwe (2010), foi muito mais enfático ao expressar que nos restringirmos somente à ideia de que a Conferência de Berlim articulou processos e liberdade de navegação e comércio, apaziguando possíveis conflitos, só serve no campo meramente técnico, pois a Conferência foi primordial para assegurar os domínios e o processo de partilha da África. Como ele ressaltou, em 1885 as linhas já haviam sido traçadas e sofreram mínimas modificações.

Figura 3. Mapa com os pontos de partida dos Europeus



2.7 - Os primórdios da partilha, 1887, quando os países signatários das resoluções da Conferência de Berlim aceleram a efetiva ocupação de seus territórios.

- ▶ Britânicos
- ▶ Franceses
- - - - -▶ Alemães
- .....▶ Portugueses
- .....▶ Belgas
- - - - -▶ Italianos
- ▶ Expansão colonial espanhola
- ▶ Fronteiras em 1887 (onde aplicáveis)

Fonte: Hernandez, 2008. p.65

Outro fator importante que aconteceu no decorrer da Conferência foi a concordância na concessão de uma porção de terras, na bacia do Rio Congo, para o Rei Leopoldo II da Bélgica. Vale lembrar que Leopoldo era presidente da Associação Internacional do Congo. Esse espaço territorial cedido ao Rei Leopoldo já havia sido explorado por Henry Morton Stanley, que trabalhou para a Associação de Leopoldo. Na oportunidade, Stanley fez uma série de acordos com chefes locais, fundando porções de Estados livres que, em 1885, passaram a formar um só Estado, chamado de “Estado Livre (Independente) do Congo”, tornando-se posse do Rei Leopoldo II.

Durante a Conferência de Berlim (1884-1885) Leopoldo II, o Rei dos Belgas, foi reconhecido oficialmente como proprietário da região, denominada por ele de Estado Independente do Congo, que compreendia uma grande região da África Central. O acordo foi estabelecido sob a condição de que Leopoldo II mantivesse a baía do Congo livre para o comércio internacional. O Congo seria uma “espécie de colônia internacional”, onde os comerciantes europeus teriam livre circulação. (NASCIMENTO, 2015, p.42).

O Rei Leopoldo poderia administrar e gerir sua “missão” naquele local da África, agora de fato assegurado por ele e reconhecido pelas demais potências. Devia somente manter a livre navegação e o livre comércio na bacia do Rio Congo.

É possível ver, no mapa da figura 1.3, apresentado anteriormente, que o Estado Livre do Congo já estava referenciado em 1887, possivelmente, desde 1885, apontando como a ação de Leopoldo e seus encarregados foi rápida e eficaz para assegurar diplomaticamente esse território.

## **2- “O ESTADO LIVRE SOB AS GARRAS DO REI”: O ESTADO LIVRE DO CONGO, EM POSSE DO REI LEOPOLDO II**

O rei dos belgas, Leopoldo II, conseguia, em 1885, a posse de um imenso território, na embocadura do Rio Congo, denominando-o como “Estado Livre do Congo”. Por “Livre”, pode-se presumir um Estado independente, entretanto, não é isso que foi visto. O Estado Livre do Congo nada mais era que uma possessão particular do Rei Leopoldo II, diferentemente do que se viu no caso inglês, alemão, francês e dos demais países que fizeram parte da Partilha da África, onde as posses foram dos Estados Nacionais e não de particulares. Neste caso específico, a posse territorial não pertencia ao Estado Belga, mas sim ao Rei Leopoldo II.

Como destacou Brunschwig (1971), o fato de Leopoldo estipular a criação de um Estado Livre estava associado à ideia de não levantar a atenção das outras potências que poderiam se interessar por esse território, e também ao fato de ele se colocar como um protetor da livre navegação e comércio no Rio Congo, o que o favoreceu em muito para obter essa concessão territorial. Pode-se dizer que esta foi a grande “jogada” de Leopoldo. Sua ambição e visão no “jogo da partilha” foi calculada e pensada para que conseguisse seu objetivo sem um grande alarde e sem chamar a atenção das grandes potências que poderiam fazer frente aos seus objetivos.

O “livre” presente em seu nome era um espelho da condição de livre navegação da bacia do Rio Congo, bem como da ausência de tarifas alfandegárias dentro do território – condições prometidas pelo rei às potências internacionais durante a Conferência de Berlim para que estas aceitassem ratificar sua posse sobre o país africano. (HONORATO; PAIVA JÚNIOR, 2020, p.250).

O ano de 1885, marca a conquista de Leopoldo, entretanto, como já foi ressaltado no capítulo anterior, o desejo e o empenho de Leopoldo já tinham começado muito antes. Milani (2011), ressalta que o desejo de Leopoldo de construir um império, já vinha antes mesmo de ascender ao trono da Bélgica. Em 1865 ele subiu ao trono e consigo levou essa antiga vontade de formar um “grande Império Belga”. Entretanto, ele não obteve apoio do restante da monarquia, o que fez com que agisse por conta própria, construindo “um império privado”.

Para isso, desenvolveu um papel fundamental o explorador Henri Morton Stanley. Ele foi o responsável pela exploração e mapeamento das potencialidades daquela região e do Rio Congo, trabalhando a partir de 1876 junto ao rei dos belgas. Posteriormente a isso toda a sua ação e propósito era a serviço do monarca belga, o qual financiava as viagens de Stanley.

O continente africano possui dois grandes desertos, um ao norte, o Saara (o maior do mundo, com uma área geográfica superior a do Brasil) e o outro ao sudeste, o deserto do Calaari. Além disso, encontramos várias faixas de climas quentes e secos com solos não muito férteis. Na costa oriental também encontramos várias partes anecúmenas, formadas por montanhas recentes. Nesse meio “hostil”, o Congo, localizado no centro geográfico do continente africano é uma região privilegiada. Trata-se de uma imensa área florestada com um clima úmido em boa parte do ano, que tem suas terras cortadas por um imenso rio de mesmo nome da região.

E é este caminho fluvial que foi o céu e o inferno dos exploradores. Os últimos 200 quilômetros do Rio Congo que desembocam no atlântico são serpenteados por dezenas de cachoeiras e desfiladeiros, os quais venceram milhares de homens, mas premiaram aqueles que o desafiaram, como Stanley. (MILANI, 2011, p.118-119).

Esse território correspondia não só a grandes proporções do continente, mas tinha nele o enorme rio (Congo) com saída para o oceano e possuía, acima de tudo, riquezas incontáveis em sua terra, que não tinha sofrido ainda uma exploração de cunho comercial ao moldes do que a Europa já vinha praticando: uma exploração incessante com o objetivo de comércio internacional e sobretudo de acumulação de capital, tanto para os Estados como para os investidores. Para manter as fábricas europeias a pleno vapor, se fazia necessário matéria-prima, e eles encontraram isso na África. Com o recém fundado “Estado Livre do Congo” não seria diferente. Leopoldo II iria explorá-lo incessantemente. Entretanto, Leopoldo divulgava uma imagem para o mundo inteiro de que todos os seus investimentos e administração serviam para “a missão civilizatória”, e mantinha um fim filantrópico em suas associações. Ele pretensamente buscava “salvar àqueles selvagens” e proporcionar-lhes uma vida melhor, uma vida dignificante (através do trabalho, é claro). “Leopoldo utilizou o discurso filantrópico como fachada para seus investimentos econômicos, a fim de proteger a sua imagem na Bélgica e, principalmente, para não chamar a atenção de potências europeias...”(NASCIMENTO, 2015, p.42).

Como Nascimento (2015) destaca, essa fachada filantrópica permeia todos os investimentos de Leopoldo II e duraria muito tempo, encobrindo grande parte dos seus abusos administrativos e exploratórios.

Falando nas proporções do Estado Livre do Congo, Nascimento (2015) afirma que a proporção territorial é 80 vezes maior do que a Bélgica. Para isso Leopoldo II havia dividido as terras dessa região em 3 categorias. Seriam elas: Terras Autóctones, Terras Vacantes e Terras concedidas a terceiros. As primeiras representavam as terras reservadas aos congolezes; as segundas eram as pertencentes à coroa Belga, que na verdade eram geridas por Leopoldo; e a terceira classe eram terras concedidas a exploração por companhias privadas, da qual o rei participava dos lucros.

Nesse período inicial, que poderíamos demarcar entre 1885 a 1891, a administração se pautava mais na construção de métodos e medidas para a eventual exploração dos recursos ali presentes, sobretudo o marfim e a borracha. Essa última, a grande mola propulsora dos lucros obtidos no Congo.

Esse primeiro quinquênio serviu para estabelecer os grupos de investimentos (rei e empresas privadas), a ocupação definitiva da colônia e o sistema administrativo colonial. Desde o início foi nomeado um Administrador Geral, que governava em Boma, o Coronel Camille Jansen, o qual dividiu a região da bacia do Congo em 11 distritos administrativos, cada um deles com um comissário responsável (passaram a 15 em 1895). Calcula-se em 80 o número de oficiais belgas instalados no Congo para instalar um arremedo de justiça civil e militar. Em 1888 definiu-se que a estrada de ferro ligaria Matadi a Leopoldville (Kinshasa), para isso uma nova Companhia foi criada: a Compagnie du chemin de fer du Congo. (MILANI, 2011, p.165).

Leopoldo II, mantinha uma grande fortuna pessoal, porém não seria o bastante para financiar todas as obras necessárias no Congo, e como essa possessão era sua, a Bélgica não poderia construir nada. Foi então que teve que recorrer a empréstimos com o Estado Belga, construindo assim também as Companhias da Coroa, onde normalmente o Rei Leopoldo era sócio. Isso explica o fato de a Coroa possuir territórios no Congo. Entretanto como já foi ressaltado, Leopoldo os gerenciava, tendo aval do Estado Belga, pois obtinha certo lucro.

Milani (2011), relata que o soberano belga obteve o total controle, e de fato tomou conta do Congo, a partir 1891, mostrando que a partir disso, as propriedades pertencentes aos negros foram quase todas eliminadas. Poucos deles permaneceram em seus povoados originais, e essas terras tomadas passavam a ser terras vacantes. “O domínio privado, terras exclusivas do soberano, correspondiam a mais da metade do país” (p.168).

Numa associação com empresas privadas na exploração econômica do Congo, Leopoldo II entrega a sete empresas as terras que sobraram. A ABIR (Indian Rubber Anglo-Belgium Cia) na região do Lopor e Maringa, a Comptoir Commerce Congo (CCC) em Wamba, a Société Aversoise na região da Mongalla, a Compagnie du Kasai (no Kasai), o Comité Spécial du Katanga (Katanga), a Thys (região dos lagos) e a Compagnie des Grands Lacs em Aruwimi, Na ABIR, CCC, Kasai, na Thys e na Anversoise o rei era acionista minoritário. Nas outras duas o soberano era majoritário. (MILANI, 2011, p.167).

Percebe-se que Leopoldo mantinha participação em todas as companhias exploratórias<sup>6</sup> às quais foram concedidos direitos de exploração, sendo que na *Compagnie des Grands Lacs* e no *Comité Spécial du Katanga*, ele era o acionista majoritário, ou seja, a maior parte dos lucros eram seus, assim como as principais decisões necessitavam de seu aval, empreendendo assim um “controle absoluto” sobre o que se fazia e as decisões futuras no método de administração implantado no Estado Livre do Congo.

Até a década de 1890, pode-se perceber que os lucros não foram tão exorbitantes, pois se aplicava um capital alto nas construções no Congo. Porém, nos finais do século XIX houve o fim do livre comércio e da livre navegação na região, algo que propiciou ao rei Leopoldo a implantação de seu monopólio, culminando também com o advento da indústria automobilística e o processo de usar a borracha como isolante de fios teleféricos e telefônicos. Tornava-se assim o látex um produto de grande demanda para a indústria europeia, algo do que o Congo seria um grande fornecedor, impulsionando consequentemente os lucros de Leopoldo II e de toda a rede de investidores que estavam associados a ele e participaram de forma direta ou indireta dos lucros obtidos com a extração do látex (borracha) no Estado Livre do Congo.

“A borracha era altamente consumida pela indústria do século XIX e necessitava de pouco investimento e gastos com equipamentos”. (NASCIMENTO, 2015, p.43). A matéria prima se encontrava em abundância pelas florestas do Congo e, além disso, o investimento para a extração do látex era pequeno, pois não se necessitava muitos equipamentos. O que se fazia muito necessário para a exploração da borracha era a mão-de-obra, o trabalhador nativo, e nesse caso é que a crueldade do regime imperialista

---

6 A falta de recursos, sem o custeio do Estado Belga, levou Leopoldo a arrendar parte das terras. Às companhias privadas por um determinado período. Essas companhias possuíam muitos acionistas, em sua maioria não-belgas. No entanto, pelo contrato, estava assegurado a Leopoldo II cinquenta por cento das ações (OLIVEIRA, 2016). Isso explica ele possuir participação em todas as companhias privadas de exploração que estavam no Estado Livre do Congo.



implantado no Congo por Leopoldo, mas também em toda a África pelas potências europeias, iria mostrar os seus “ares de terror”.

Como destaca Milani (2011), “os lucros eram imensos, mesmo porque estes eram baseados na utilização em larga escala de trabalho forçado e num sistema de corveia que fora instalado no país” (p.169).

Foram introduzidas as corveias para comida no Estado Livre do Congo. De acordo com esta prática, os congolezes eram obrigados a fornecer certa quantia de alimento aos belgas e europeus em geral que auxiliavam na ocupação da colônia.” (HONORATO; PAIVA JÚNIOR, 2020, p.252). Essa medida afetou muito na vida dos congolezes que vivam no campo, pois a sua agricultura era de subsistência e não dava conta de suprir as demandas de alimentos que os belgas ali instalados, que vinham para administrar e “fiscalizar” o trabalho, necessitavam. Em linhas gerais, com essa cobrança de corveia, começou a faltar alimento para os nativos. Em choque com o modo de vida congolês, a maneira “proveitadora e oportuna” dos administradores belgas e de toda a rede de pessoas que se deslocaram para lá ocasionou um colapso no modo de produção da agricultura de subsistência dos congolezes. As populações ribeirinhas do Congo fugiram para o interior do Estado, buscando escapar dessas medidas impostas pelos belgas, pois no interior da mata a fiscalização e o controle tornavam-se mais difíceis. Isso causou um esvaziamento da ocupação das margens dos rios.

Outro fator que propiciou esse grande lucro obtido por Leopoldo II e seus investidores foi o uso do chamado “trabalho forçado” que fazia parte da corveia, e estava associado ao pagamento não só de provisões de alimentos, mas da extração das matérias primas, borracha e marfim. Eram estipulas cotas que deveriam ser atingidas. Caso estas não fossem atingidas na quantidade de borracha ou marfim que deveriam ser extraídos, a comunidade seria castigada. Se estabeleceu assim o que poderíamos chamar de um trabalho escravo, onde os castigos eram severos. O pagamento pelos produtos extraídos, quando havia, era insignificante.

O sistema colonial era desenvolvido em três partes: a corveia (trabalho forçado); o trabalho livre com remuneração e a compra de produtos (l'achat dès produits). O trabalho forçado exaustivo para a extração da seiva da borracha foi um dos principais impulsionadores do tratamento desumano a que os congolezes eram submetidos. A partir de um sistema militarizado, eles eram controlados pela Force Publique, a polícia colonial[...] (NASCIMENTO, 2015, p.43).

A *Force Publique*, era uma organização administrativa, um exército que deveria manter a “tranquilidade”, garantir o funcionamento das instituições e também a segurança das mesmas, assim como fiscalizar se as quotas estipuladas e recolhidas de forma quinzenal (geralmente) foram alcançadas. Caso não fossem, a *Force Publique*, se encarregava de realizar o “procedimento padrão de castigo”: “[...] verificava-se as mais diversas estratégias violentas, praticadas pelo sistema colonial, com o objetivo de obrigar os africanos daquela região ao trabalho exaustivo, nas expedições de colheita de borracha ou marfim, nas plantações e no serviço militar.” (NASCIMENTO, 2015, p.44).

Outra função administrativa que surgiu nesse período foi a Força Pública, um exército formado por cerca de 18.000 homens (num primeiro momento eram negros da região dos Zulus, Banguela e Boma, recrutados à força e que depois vieram de toda a bacia do Congo), Havia três escolas militares pelo Estado Livre do Congo. Os 358 oficiais (todos brancos e belgas) exigiam dedicação exclusiva às forças armadas por sete anos e mais cinco na reserva. O treinamento militar incluía o ‘sofisticado’ chicote. O salário era de aproximadamente seis francos ao mês (equivalente a meio quilo de marfim). A Força Pública era parte do sistema leopoldiano. Garantia a paz dos cemitérios na Colônia. Ao recrutar de 2 a 3 mil homens todos os anos, ela retirava dos povoados do Congo seus mais fortes homens. Sua utilização era óbvia: garantir a exploração dos recursos naturais no Congo, debelar possíveis resistências e impor a ordem imperialista. (MILANI, 2011, p. 167).

Os números apresentados acima, possivelmente, são relativos ao ápice de atuação da *Force Publique* pois, conforme Nascimento (2015), em 1900, chegavam próximos a esse total de 18.000 homens. Outro importante fator que essa autora apresenta é o de que muito europeus foram para o Congo e estes, em sua grande maioria, acabavam virando soldados da *Force Publique*. Muitos eram na Europa pessoas de baixa instrução e também mercenários que para lá afluíam em busca de dinheiro. Acabavam sendo destinados, sozinhos ou em duplas, a determinadas regiões para o controle de um povoado. Porém, o despreparo muito grande e o perfil violento de parte significativa destas pessoas acabavam por provocar verdadeiras chacinas.

O sistema todo era militarizado. Guarnições da *Force Publique* foram espalhadas por toda a parte, muitas vezes trabalhando a serviço das companhias privadas. Além disso, toda companhia tinha sua própria milícia, chamada eufemisticamente “Sentinelas”. Em questões militares, como em quase tudo mais, as companhias operavam como extensão do Estado do Congo e quando era preciso fazer reféns ou subjugar aldeias rebeldes, as sentinelas e os soldados da *Force Publique* em geral saíam juntos em campo. (HOCHSCHILD, 1999, p.174).

Estabelecia-se o controle pela força militar, pela brutalidade, assim se mantinha a “tranquilidade” e a proteção das instituições presentes no Estado Livre do Congo, mantinha não só a suposta segurança, mas também mantinha as produções altas e a obtenção de lucro às custas do trabalho exaustivo dos nativos. Mas isso não parava por aí. Como ressaltado antes, esse sistema garantia a “paz dos cemitérios”, produzindo grandes cenas de violência. Em finais do século XIX e início do século XX, os ideais “filantrópicos e humanitários” (se é que algum existiu), deram lugar a verdadeiras cenas de horror envolvendo castigos desumanos aos habitantes nativos do grande “Estado Livre do Congo”.

“Esse sistema militarizado e violento, estabelecido pela colonização de Leopoldo II, transformou o Congo em um palco de barbáries, marcado pelo genocídio e pela mutilação dos povos dessa região” (NASCIMENTO, 2015, p.44). Em casos que a quota de borracha não era atingida, tem-se o relato de que muitos congolezes tiveram seus membros decepados, normalmente as mãos. Isso se intensificou com as medidas que os militares superiores tomaram, pois como a caça era muito presente na região e não se desejava o desperdício de recursos e nem o uso indevido de munições, eles entregavam para cada soldado, assim como para os “sentinelas”, uma determinada quantidade de cartuchos e esse devia apresentar a mesma quantidade de volta. Em caso de uso dos cartuchos, deveria apresentar uma prova de que foram usados de forma “correta”. A prova estipulada era a mão direita do cadáver, como ressaltou Hoschschild (1999, p. 175-176):

Quando uma aldeia se recusava a coletar borracha, era costume dos soldados do Estado ou de companhias privadas, ou às vezes seus aliados, matar todos os habitantes para que as aldeias vizinhas entendessem logo o recado. Só que alguns oficiais europeus começaram a ficar desconfiados e resolveram tomar precauções. Para cada cartucho entregue a um soldado, passaram a exigir provas de que a bala fora usada para matar alguém, e não ‘desperdiçada’ com caça ou, pior ainda, economizada para algum motim. E a prova mais comum era a mão direita de um cadáver. De vez em quando ela não vinha de um cadáver. ‘Às vezes’, contou um oficial a um missionário, os soldados ‘usavam o cartucho caçando um animal; depois cortavam a mão de um homem vivo’. Em algumas unidades militares, havia inclusive o ‘guardador de mãos’, seu trabalho era a defumação. .

O trabalho de “defumação” salientado por Adam Hochschild, consistia em conservar as mão decepadas através da fumaça, pois muitas unidades eram distantes, e os oficiais do alto escalão demoravam um tempo considerável para passar por lá, então se conservava através desse método, para quando chegasse o oficial, poderem apresentar as

provas dos cartuchos que foram utilizados. Esse processo macabro foi amplamente usado, e como salientado anteriormente, nem sempre as mãos eram de cadáveres. Poderia se ver na população nativa que trabalhava na extração das matérias primas muitos trabalhadores com mutilações de membros. A *Force Publique* e os Sentinelas cortavam a mão de pessoas vivas para justificar o uso de cartuchos que possivelmente eram desviados para a caça ou vendidos a outros soldados para esse fim. Há relatos não só de mãos direitas, mas também de mãos esquerdas e pés como provas.

Além disso, os castigos a base do “chicote” e o uso da força bruta como punição (por uma arrecadação menor que a esperada), eram comuns. Queriam mostrar assim, através desse “exemplo” banal, autoritário, cruel e genocida, que as aldeias que contrariassem a eles e que não cumprissem com o que foi pedido, teriam o mesmo destino.

O trabalho forçado, o sequestro de mulheres e crianças, a mutilação de mãos e pés e as mortes dos africanos, em virtude do intenso esforço físico, caracterizaram o governo de Leopoldo II no Congo. Para escapar e resistir ao recrutamento forçado, houve no continente, vastos movimentos migratórios para lugares que fossem inacessíveis aos europeus, como o interior das selvas e dos pântanos, onde não havia, muitas vezes, abrigo, nem comida. (NASCIMENTO, 2015, p. 45)

Nesses lugares, muitos nativos acabavam morrendo, em grande parte pela fome que era uma realidade nas aldeias controladas pelos belgas. Nelas, os nativos estavam sujeitos à cobrança de impostos e deveriam fornecer alimentos para os europeus que lá viviam, ou seja, houve uma sobrecarga do sistema agrícola de subsistência, levando à falta de alimentos para as próprias populações africanas, não preparadas para a imposição da nova demanda.

“Há relatos de soldados com mais de 5 centenas de mão apresentadas. Além disso, a Força Pública recebia alimentos gratuitos da população. Mulheres e crianças trabalhavam dias e dias para fornecer mantimentos para a subsistência dos soldados.” (MILANI, 2011, p. 167-168). Os homens, em um geral, participavam da extração das matérias primas e do carregamento das mesmas, pois eram tarefas que exigiam grande força física. Manter os homens nestas atividades fazia com que permanecessem de fato sempre ocupados, impossibilitando o surgimento de motins contra a exploração realizada pelos brancos.

Além disso, Milani (2011) diz que esses métodos administrativos faziam com que Leopoldo II reduzisse os custos de produção e acumulasse a chamada “mais valia” por meio do trabalho forçado dessas comunidades. Ou seja, o regime de “terror” imposto por ele, pouco importava, pois sua maior bandeira sempre foi a obtenção de lucro. O “fim filantrópico”, o levar as “luzes da civilização”, os processos civilizatórios do “selvagem” foram só a fachada para obtenção de uma boa imagem perante os europeus. Seu verdadeiro objetivo sempre esteve ligado ao poder econômico possibilitado pela aquisição dessa colônia. Como aponta Nascimento (2015), “Leopoldo II, apesar de sua direta intervenção e controle do Congo, nunca havia estado em sua colônia. Para ele, o Congo era um lugar de barbárie, selvagem e afirmava estar levando aos ‘primitivos’ africanos o desenvolvimento.” (p.45). Afirmava ter um grande orgulho de sua Colônia: o Estado Livre do Congo, que carregava em si a contradição de ser um estado nominalmente “Livre” e possuir um “dono” que usufruía de suas riquezas sem o mínimo senso de justiça e humanidade, que julgava ter conquistado tal área através de seu próprio esforço.

“Os lucros particulares do Rei? Vultuosos. Morel (1906) fala de um lucro médio de Leopoldo II de 40 mil libras (ou 1 milhão de francos).” (MOREL, 1906. apud MILANI, 2011, p.167). Desse montante que Leopoldo II conseguia arrecadar para sua fortuna pessoal, parte era revertida para a construção de grandes obras na Bélgica, como a reforma do Palácio Real, ou o Castelo de Laeken, onde está a Torre Japonesa, uma obra arquitetônica de 5 andares que Leopoldo comprou após ver em uma feira em Paris. (HOSCHILD, 1999, p.304-305). Esses são alguns dos exemplos de investimentos realizados com o dinheiro que a exploração do Congo proporcionava a Leopoldo II. Foram os milhões de trabalhadores explorados e mutilados que proporcionaram isso ao Rei Leopoldo II, o rei de duas nações, ainda que com visões distintas para cada uma delas.

Como já ficou explícito, o lucro obtido por Leopoldo e seus “acionistas” se deu às custas do trabalho forçado dos africanos. Em troca, esses trabalhadores sofreram um enorme abuso e foram vítimas dos mais diferentes castigos. Mas não foram só castigos e punições cruéis que assolaram o Estado Livre do Congo, como já foi citado houveram muitos mortos resultantes um verdadeiro genocídio da população local. O assassinato era uma das formas que proporcionavam isso. Adam Hoschschild (1999), por exemplo, atribui o grande número de mortos a 3 causas principais: (1) assassinatos; (2) fome, exaustão e maus tratos e (3) doenças.

Porém, os assassinatos, por mais cruéis e perversos, e ainda que fossem responsáveis pela morte de uma grande quantidade de pessoas, foram um dos menores causadores de mortes, se comparado às outras duas formas.

Embora não fosse a principal causa das mortes no Congo de Leopoldo, o assassinato foi claramente documentado. Quando uma aldeia ou distrito não entregasse a cota de borracha, ou quando lutavam contra o regime, os soldados da *Force Publique* ou as “Sentinelas” das companhias concessionárias, em geral matavam todos que conseguissem encontrar. (HOCHSCHILD, 1999, p.235)

A fome, a exaustão e os maus-tratos causaram muitos mortos e estão extremamente associados ao regime imposto pelo rei Leopoldo II, principalmente a partir de 1890, quando se iniciou o chamado “boom” da borracha. A fome se associava à falta de alimentos, proporcionada pelo fato de os nativos terem de entregar grande parte de sua produção para abastecer o exército da *Force Publique*. Outro fator é que muitos congolezes, para fugir desse regime, iam mais para o interior das matas, onde existiam poucos alimentos e nada cultivado, acabando por morrer de fome. A fome também recaía sobre os que permaneciam sob o regime. A exaustão se dava aos trabalhos forçados sem descanso. As longas distancias percorridas pelos carregadores, fazia com que muitos não agentassem e morressem durante o trajeto. Tudo isso associava-se aos maus tratos sofridos por todos. Como lembrado anteriormente, o treinamento dos soldados da *Force Publique* incluía o “tecnológico” chicote. Hochschild (1999) relata ainda que em muitas aldeias, quando seus habitantes fugiam com a chegada dos soldados, eram saqueadas em todos os animais e tinham queimadas as plantações e casas. Assim, se os habitantes voltassem a fim de buscar alimento e animais, não os teriam mais. O autor ainda cita relatos nos quais muitas mulheres, crianças e idosos eram mantidos em cativeiro, acorrentados como reféns, até o momento em que os homens da aldeia levassem as quantidades de borracha exigida, o que podia levar semanas. Devido a serem locais imundos, com pouca ou nenhuma alimentação, muitos reféns acabavam morrendo. “Numa dessas prisões, em 1899, morriam de três a dez prisioneiros por dia”. (p.239).

Também as doenças eram grandes causadoras de mortes no Congo de Leopoldo:

Assim como aconteceu com os índios das Américas, a doença matou muito mais congolezes do que as balas. Os europeus e os traficantes afro-árabes levaram para o interior do Congo muitas doenças até então desconhecidas. A

população não teve tempo de criar imunidade – como tinham para a malária, por exemplo. Tanto as novas, quanto as antigas doenças se espalhavam rapidamente, por causa do enorme número de congoleses forçados a viajar longas distâncias: os homens eram recrutados para servir como carregadores, trabalhar na tripulação dos vapores[...] ou como soldados agregados da Force Publique. As doenças fatais mais notórias eram a varíola e a doença do sono<sup>7</sup>, embora infecções menos dramáticas dos pulmões e intestinos também tenham causado mortes incontáveis. (HOCHSCHILD, 1999, p. 239).

Essas doenças, que em alguns casos já eram endêmicas ou vieram a se tornar, foram grandes causadoras de morte entre os congoleses. O fato é que muitos apoiadores de Leopoldo defendiam que essas doenças já seriam incidentes (como a doença do sono), então eles não teriam “culpa” em relação a essas mortes. Entretanto esse processo foi acelerado com a chegada dos europeus no Congo. A doença do sono ocorria bem no interior da mata, local quente e úmido, onde a mosca Tsé-tsé, que é a transmissora, habita, local esse que muitos congoleses evitavam anteriormente, porém para lá tiveram que fugir a fim de escapar do regime imposto por Leopoldo, e lá padeciam com essa doença. Além disso, é visível que a falta de uma boa alimentação influencia no sistema imunológico, ou seja, as doenças se transmitiam mais facilmente pelo fato de os indivíduos não conseguirem produzir barreiras imunológicas a tempo devido ao grau de subnutrição.

É difícil estipular um número exato de mortos durante esse período. Porém, alguns estudos realizados à época apontam porcentagens de “perda populacional”. Em 1919, uma Comissão Governamental belga estipulou que desde que Stanley começou a implantar o Estado de Leopoldo até aquela presente data, a população havia se reduzido pela metade (50%). Se tomarmos os dados de uma tentativa de censo feita a partir de 1920, na qual se verificou que a população do Congo era cerca de 10 milhões de pessoas, O Congo pode ter perdido um igual contingente populacional. (HOCHSCHILD, 1999). Esse panorama nos aponta para um verdadeiro genocídio praticado pelos atos do regime de Leopoldo.

Outro fator que o autor apresenta para esse contingente ter se reduzido tanto, além dos três citados anteriormente, foi a “queda no índice de natalidade”, apresentada durante o período de administração leopoldiana. “Não é se de se espantar que, com os homens enfiados semanas a fio na selva, à procura de borracha ano após ano, as mulheres

---

<sup>7</sup> É uma inflamação que afeta o sistema nervoso central, fazendo com que o infectado desenvolva problemas neurológicos, podendo entrar em coma e ir a óbito. Ela é transmitida por parasitas que estão presentes na mosca Tsé-tsé, que geralmente gostam de ambientes úmidos e quentes, podendo ainda ser transmitido de mãe para filhos. Cfe: <https://www.rededorsaoluiiz.com.br/doencas/doenca-do-sono>

mantidas em cativeiro e famintas, tenham nascido menos crianças.” (p. 240-241). Hochschild traz à tona o relato de um missionário católico que trabalhou em um distrito do lago Mai Ndombe, em 1910, onde ele se surpreendeu com a grande ausência de crianças com idade entre 7 e 14 anos, sendo que havia muitas outras, mas de idades diferentes. Essa falta de crianças de 7 a 14 anos apontava para o período de 1893 a 1903, justamente quando a extração de borracha naquele distrito estava no auge.

Esses números exorbitantes estavam encobertos por uma boa imagem que o rei tinha perante a Europa. Vale ressaltar que imperavam ainda as teorias racistas que rebaixavam o negro africano à categoria de inferior aos homens brancos. Embora houvesse várias denúncias contra o regime de exploração do Rei Leopoldo II já no final do século XIX, estas só ganharam força no início século XX, quando cada vez se tornavam mais presentes na Europa e em todo o mundo os relatos de pessoas que atuaram no Estado Livre do Congo, denunciando as atrocidades praticadas por Leopoldo II.

Porém no início do século XX inicia-se uma campanha humanista denunciando o ‘martírio do Congo’, campanha a cargo de intelectuais e políticos franceses, ingleses e americanos. Da Bélgica uma única voz, a do deputado socialista Emile Vandervelde. Os relatos apresentados nas comissões de inquéritos eram cada vez mais contundentes e suas testemunhas podiam ser consideradas isentas. O rei empáfia continuava negando tudo. Afirmava às vezes que as Potências queriam tomar a colônia belga. Falava de inveja de sua obra magnífica. (MILANI, 2011, p.173);

O autor ainda ressalta que Leopoldo teria subornado vários políticos, comprado jornais e instaurado uma comissão belga em seu favor na tentativa de preservar a sua colônia, assim como sua imagem e a imagem da Bélgica. Alegava que as outras potências vinham lançando olhares de interesse em seus domínios, e buscavam uma maneira de tirá-lo de suas mãos.

Apesar de ter havido denúncias sobre as atrocidades praticadas no Congo, ainda em finais do século XIX, como as feitas pelo norte-americano George Washington Williams, somente no século XX, essas violências seriam conhecidas internacionalmente. Edmund Dene Morel, jornalista britânico a serviço da Elder Dempster<sup>8</sup>, foi figura de grande importância para tornar público e divulgar o desmantelamento que o sistema colonial de Leopoldo causava no Congo e o genocídio que perpetrara. (NASCIMENTO, 2015, p.45).

---

<sup>8</sup> Empresa de transportes do Reino Unido, fundada em meados do século XIX. (NASCIMENTO, 2015, p.45).



Os escritos de Morel foram cruciais para que as atrocidades praticadas no Congo fossem conhecidas e espalhadas pela Europa, usando documentos que comprovavam todos os abusos que Leopoldo II havia praticado naquele local.

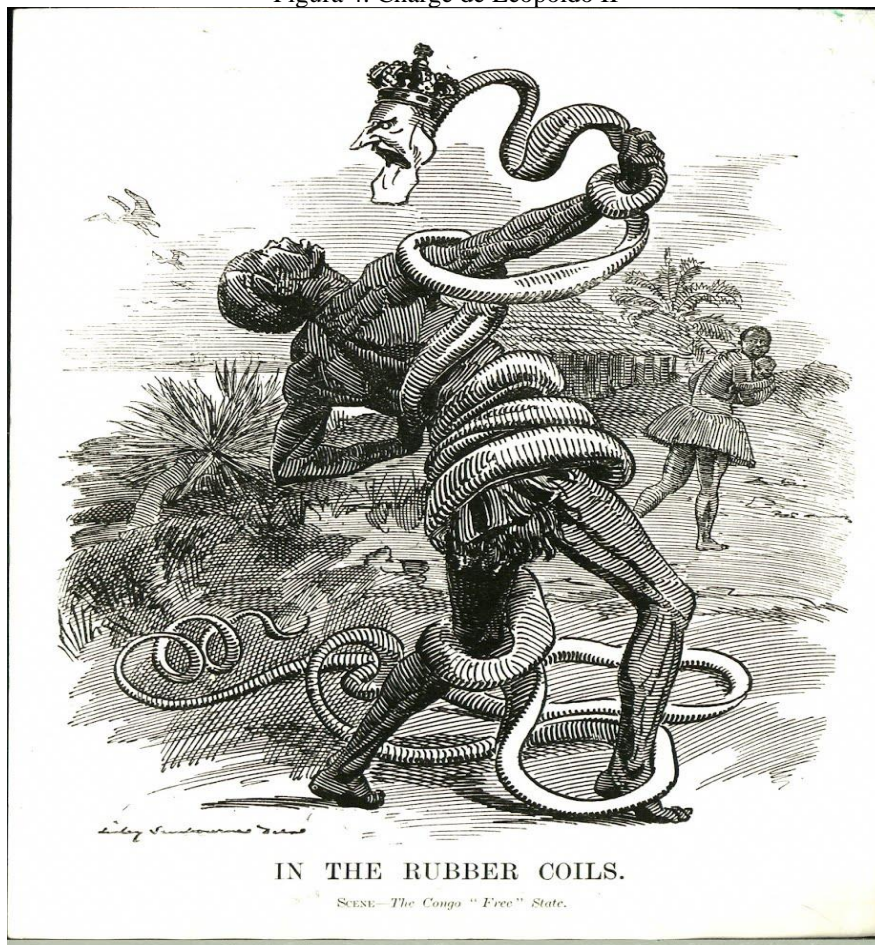
Leopoldo atravessava um período conturbado na Europa. Escândalos pessoais começaram a se tornar públicos, o que desgastou muito a imagem do Rei, como ressaltou Hochschild (1999, p. 231)

Havia muito que Leopoldo tinha um gosto todo especial por mulheres bem jovencinhas, mas perder totalmente a cabeça por causa de uma moça de programa de dezesseis anos de idade ultrapassava os limites. Sua nova amante podia ser sua bisneta. A vida familiar caótica de Leopoldo e suas preferências sexuais foram bem mais que incidentais à história do Congo. Ironicamente o rei perdeu mais popularidade dentro da Bélgica por causa disso do que por todas as crueldades que perpetrou na África. O que, por sua vez, significou que muito pouca gente se dispôs a apoiá-lo quando se tornou alvo do movimento internacional de protesto. .

Esse escândalo em especial, onde Leopoldo se apaixonou por uma moça de 16 anos, sendo que ele tinha 65, fez a imagem do monarca ficar desgastada em toda a Europa. Soma-se a isso a sua extravagância econômica. De fato esses “escândalos” deixavam o rei com sua popularidade muito baixa. Logo, quando foram apresentadas as evidências das atrocidades praticadas por Leopoldo no Congo, a população, de maneira geral, não saiu em defesa de seu rei.

Falar sobre o Rei Leopoldo, tornou-se o grande alvo da imprensa mundial, incentivadas por Morel. “A barba imensa, já toda branca era o sonho de qualquer chargista.” (HOCHSCHILD, 231). O número de charges sobre Leopoldo e seu regime cruel no Congo foram imensos, em todas as partes da Europa. Como a feita pela revista Punch (1906):

Figura 4. Charge de Leopoldo II



Fonte: Linley Sambourne, "In the Rubber Coils (Scene—the Congo 'Free' State)," *Punch*, November 28, 1906. Wikimedia Commons.

A legenda seria, em uma tradução livre, "nas malhas da borracha", como aponta Hochschild (1999). A imagem, como é perceptível, retrata Leopoldo como uma serpente que ataca um seringueiro congolês, fazendo alusão a todo o processo exploratório e de genocídio causado pelo rei no Congo, tendo a borracha como a principal fonte de riqueza, às custas do trabalho forçado dos povos nativos.

Trabalhos assim ganharam o mundo, tal como os relatos, escritos e depoimentos de muitos missionários que estiveram naquele local durante o regime de barbárie. Em especial, o trabalho de John Harris e Alice Seely Harris, a qual fotografou muitos congolezes em situações sub-humanas, revelando a magnitude de todas as atrocidades cometidas pelo horror implantado por Leopoldo em forma de imagens. Assim como o seu marido John Harris escreveu relatos denunciando os crimes de Leopoldo, outras figuras também denunciavam isso, como Josef Konrad em seu livro "O coração das trevas". Roger Casement, cônsul do Reino Unido no Congo, escreveu um relatório, que levou a alteração da política britânica em relação ao Rei Leopoldo II. Em 1904 foi fundada a

Associação de Reforma do Congo, que pressionava o Rei Leopoldo a abrir mão de sua colônia, fato que veio a acontecer em 1908.

As Potências Europeias e os EUA passaram a enxergar esse outro lado do processo “civilizatório” de Leopoldo e a pressioná-lo. O Rei então viu o grande “perigo” de perder o Congo para esses países e decidiu, em 1908, passar o Estado Livre do Congo para a “tutela” do Estado Belga, ou, como citam alguns autores, vendeu sua posse na África para a Bélgica.

No final de novembro de 1907 é assinado um tratado de rendição entre a Bélgica e o Estado Livre do Congo. O rei Leopoldo II retirava-se do país africano em que nunca esteve e passa todos os seus bens para a pátria natal. Por meio deste documento oficial, todas as propriedades e coisas móveis eram transferidas para a Bélgica. Mas não sem encargos, pois foram repassados também os passivos da colônia africana. Depreende-se daí que a Bélgica teria necessariamente que prosseguir com a exploração colonial, para não inviabilizar as finanças do país, que dois anos após seria entregue às mãos do príncipe herdeiro, Alberto I, filho de Leopoldo II. (MILANI, 2011, p.208-209).

Embora as negociações da “passagem” do “Estado Livre do Congo” tenham iniciado no final do ano de 1907, ela foi concretizada somente no ano seguinte. Agora, como tudo havia sido passado para a Bélgica, o Estado Livre do Congo seria renomeado, ganhando o nome de Congo Belga. Segundo Milani (2011) e Nascimento (2015), a administração belga não foi muito diferente da imposta por Leopoldo II e a população congoleza não se viu livre do horror. “Curiosamente em 1909 falecia o rei Leopoldo II que tanto amou sua Colônia.” (MILANI, 2011, p.209). Sem julgamento e sem punição por seus crimes, crimes esse que eram enterrados consigo.

### 3- A IMAGÉTICA DO TERROR

Durante o final do século XIX e até meados do XX, as grandes potências mundiais desfrutavam dos rendimentos gerados através da exploração do continente africano e afirmavam estar proporcionando o “bem” para aquela população ao levar as “luzes da civilização” e realizar a missão civilizatória que a Europa se propunha a implantar na África. Leopoldo II também dizia estar “civilizando os selvagens”, investindo e levando a sua missão “filantrópica” para o interior do Congo. Possuía a imagem de um grande homem e um grande rei, antes dos inúmeros escândalos que lhe atingiram. A Bélgica amava e idolatrava seu soberano.

A partir do início do século XX, a Europa começava a ver o outro lado da figura do Rei Leopoldo II. A imagem do grande homem começava a ficar desgastada e foi dando lugar a imagem de um explorador que acumulou riqueza às custas do trabalho forçado dos africanos e, por que não dizer, às custas do sangue derramado em solo congolês. Sangue de seus próprios nativos em grande parte proveniente desse modo de produção exploratório e cruel implantado pelo rei e sustentado pelos interesses europeus.

Como já foi citado, as denúncias começaram a tomar conta da Europa junto com os escândalos pessoais do rei belga. Várias pessoas que estiveram no Estado Livre do Congo tiveram papel fundamental neste processo. Dentre eles, alguns missionários, em especial, John Hobbis Harris e Alice Seeley Harris (ambos eram missionários britânicos do movimento Batista e ativistas dos direitos humanos. Eles casaram em 1898, e logo foram para o Estado Livre do Congo em sua missão evangelizadora, onde permaneceram por cerca de 7 anos, realizando um trabalho de denúncia das atrocidades. John faleceu em 1940 aos 66 anos e Alice em 1970 aos 100 anos), que fizeram parte da Associação de Reforma do Congo, como lembrou Oliveira (2016, p. 286).

[...] as grandes campanhas de divulgação, levadas a cabo pela Associação de Reforma do Congo, instituição que tinha como fundadores Edmund D. Morel, sua esposa Mary Morel e o cônsul britânico no Estado Livre do Congo, Roger Casement, e como principais apoiadores os missionários John H. Harris e Alice Seeley Harris, ainda, como importantes membros e divulgadores, os escritores Mark Twain e Arthur Conan Doyle. Por outro lado, toda uma contraofensiva liderada por Leopoldo II, um empreendimento de corrupção da imprensa, que contava com jornais nas principais cidades europeias e nos Estados Unidos, na busca de deslegitimação das palavras e do que estava sendo proposto pela Associação de Reforma do Congo. .

Essa associação buscava fazer uma ferrenha divulgação das atrocidades que vinham sendo cometidas no Congo. Em contraponto, Leopoldo II se defendia como podia, subornando políticos, comprando jornais e classificando o discurso da associação como falso, fantasioso, pois grande parte se dava em forma de relatos enviados por esses missionários. Houve a produção de obras que relatavam as atrocidades, mas em forma fictícia, como “Coração das Trevas” de Joseph Conrad, já no final do século XIX. Porém, um elemento decisivo nas denúncias e na “confiabilidade” dos relatos foram as fotografias feitas pelos missionários Harris, em especial Alice S. Harris. Como diz, Oliveira (2016, p.280), “as provas irrefutáveis das atrocidades, viriam das mãos e do olhar de Alice Harris e da objetiva de sua câmera”.

As disputas entre o que se julgava real e não real tornaram-se comum no contexto europeu da época, daí a importância das fotografias produzidas pela missionária. Elas atribuem a veracidade aos fatos. A fotografia, em conjunto com os relatos (forma em que os Harris enviavam seus relatórios para a Europa), davam a magnitude do terror enfrentado pelos congolezes.

Podemos perceber que neste caso a fotografia não foi utilizada somente como um “retrato” (algo que ela não deixa de ser), mas como uma denúncia, como uma prova documental. “A fotografia, nesse sentido, pode funcionar como testemunho, pois que atesta a existência de uma realidade; porém, por si só, não lhe atribui sentido, o qual precisa ser buscado em outras referências que deem conta de seu contexto.”(SILVA, 2000, p.139).

Silva (2000) nos relata, sobre o âmbito geral do uso da fotografia como uma fonte histórica, algo que corrobora com o que já vinha sendo apresentado pelos missionários Harris, pois as fotografias feitas por Alice não estavam denunciando as atrocidades de forma “solitária”; elas estavam acompanhadas de uma série de relatos, de um “contexto” de denúncia que já havia sido criado. Elas eram a “imagética do terror”, das atrocidades, dos abusos. E essas imagens, por sua vez, davam a qualificação da veracidade dos fatos, davam cor, corpo e face aos que tanto sofreram e sofriam por esse regime leopoldiano. Por isso é significativo atribuir às mesmas o caráter de provas documentais e históricas.

“Um dos objetivos da fotografia documental está intimamente ligado ao fator social, capaz de construir um testemunho acerca dos acontecimentos do mundo” (MACEDO, 2013 *apud* SANTOS; SILVA; MELLO, 2016, p.68). A fotografia se constitui (nesse parâmetro), como uma prova testemunhal, um discurso em forma de

imagens, algo que seria de ampla difusão. Isso está ligeiramente associado ao “ver”, o olhar nos causa impacto, muitas vezes os discursos acerca da exploração realizada e do regime autoritário e cruel que vinha sendo aplicado no Estado Livre do Congo não produzia a dimensão da crueldade vivenciada por aquele povo. Quando isso foi fotografado, a dimensão, o terror, passaram a ser visíveis, embora existissem discursos que contrariassem isso tudo. A fotografia trouxe a dimensão visual dos acontecimentos, como já ressaltado anteriormente. Existiam ali grandes provas testemunhais e através da fotografia se ressaltava a prova documental. Devido a isso o discurso filantrópico e cristão se tornava indefensável. Entretanto, houve um certo “esquecimento” desses acontecimentos, como retratou Hochschild (1999):

O Congo nos dá um exemplo notável da política do esquecimento, Leopoldo e os funcionários do Congo Belga instituído na sequência fizeram o possível e o impossível para tentar apagar dos anais da história as provas que pudessem incriminá-los. Um belo dia, em agosto de 1908, pouco depois que a colônia foi oficialmente transferida para a Bélgica, a jovem ordenança do rei, Gustave Stinglhamber, saiu do Palácio para ir ver um amigo ali perto, nos escritórios da colônia. O dia estava especialmente quente e os dois amigos foram conversar na janela. Stinglhamber sentou-se no radiador e imediatamente deu um pulo: estava fervendo. Quando os dois chamaram o zelador do prédio para pedir uma explicação, ele respondeu: ‘Sinto muito, mas eles estão queimando os arquivos do Estado’. As fornalhas ficaram acessas por oito horas, transformando grande parte dos registros do Estado do Congo em cinza e fumaça no céu de Bruxelas, ‘Eu lhes darei meu Congo’, declarou Leopoldo a Stinglhamber, ‘mas eles não têm o direito de saber o que eu fiz ali’. (p.305)

Hochschild (1999) ainda relata que os arquivos que estavam presente no Congo também foram destruídos. Para esse autor, poucas vezes um regime totalitário havia se esforçado tanto para conseguir encobrir um acontecimento. Em outras palavras, “um esquecimento”. “O mesmo tipo de esquecimento deliberado ocorreu na mente dos homens que serviram ao regime. Esquecer a própria participação no assassinato em massa não é um ato passivo, é ativo.” (p.306).

O esquecimento não partia somente do governo, mas de todo um sistema, enraizado nas ideias e teorias racistas presentes na época como o chamado “Darwinismo social”. Era todo um sistema pensado e projetado para forçar e tentar inserir esse suposto “esquecimento e apagamento”, a partir sobretudo de uma elite economicamente dominante, que havia feito tudo em favor do “progresso”.

Nesse quesito se ressaltava como se fizeram importante as denúncias e as fotografias (até o momento só mencionadas). Elas partem de uma outra óptica, sobretudo a social. Essas pessoas tiveram contato geral com os nativos, viram de perto o regime exploratório, testemunharam o horror, enquanto grande parte da população europeia apenas pôde conhecê-lo com a divulgação das denúncias que eram constantemente questionadas pelos poderosos. De fato, em quem a população deveria acreditar? De um lado havia um rei e um governo que negava tudo e que clamava ter realizado um processo civilizatório; de outro uma gama de intelectuais e missionários que afirmavam que tal “processo civilizatório” havia sido na verdade um processo de instauração do terror, um processo abusivo, exploratório e genocida. O silêncio, mais que passividade, corroborava com a visão do europeu colonizador de que aquele processo seria justificado e legitimado.

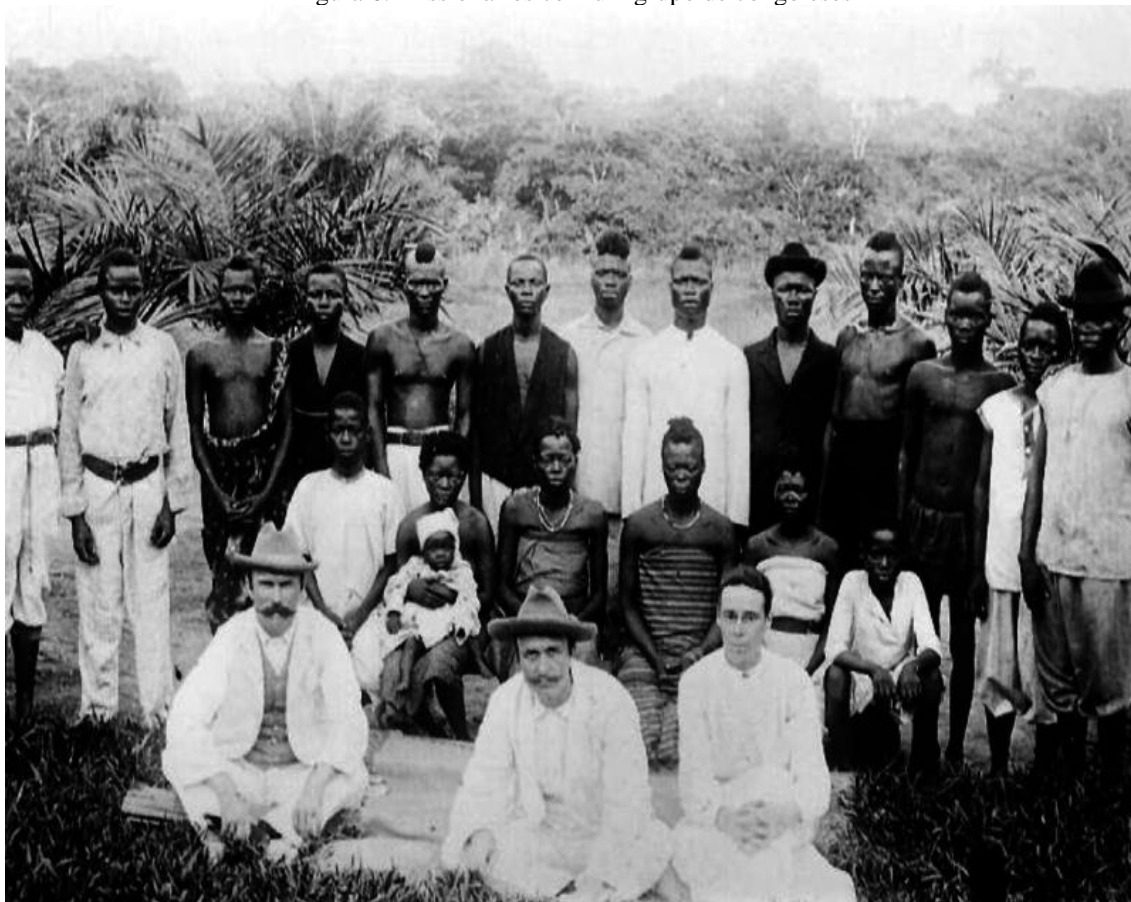
Figura 5. Alice S. Harris no Congo



Fonte: <http://malomil.blogspot.com/2014/03/as-aventuras-de-alice-no-coracao-das.html>

Apresentaremos uma sequência de imagens a partir de agora. Essa primeira, sem datação específica, é certamente do tempo em que Alice Harris e seu marido passaram no Estado Livre do Congo, entre os anos de 1898 a 1905. Nessa imagem ela está junto a crianças de diferentes faixas etárias e que, em sua grande maioria denota, por meio visual, um certo grau de desnutrição e quiçá uma saúde precária. Essa fotografia marca também a presença da missionária junto a população congolese, não somente como uma “telespectadora”, mas estando inserida no meio deles, como uma componente e de certa forma “protetora”, com a imagem ressaltar. Essa perspectiva de os missionários se representarem junto às pessoas congolese nas fotografias estaria diversas outras fotos, como essa:

Figura 6. Missionários com um grupo de congolese



Fonte: [https://nl.wikipedia.org/wiki/Alice\\_Seeley\\_Harris#/media/Bestand:Harrissen.PG](https://nl.wikipedia.org/wiki/Alice_Seeley_Harris#/media/Bestand:Harrissen.PG)

Esta imagem, diferente da anterior, apresenta um grupo de congolese menor e pessoas na idade adulta, além de uma mãe com seu bebê. Em sua amplitude o grupo apresenta vestimentas de bancos e de sua identidade cultural. Percebe-se que os missionários, seja na foto anterior ou nessa, sempre estão com vestimentas claras,



provavelmente na cor branca, se diferenciando do restante do grupo. À frente da fotografia, em um primeiro plano, estão três missionários: Alice à direita da foto, John Harris (seu marido), no meio e, no lado esquerdo, Edgar Stannard. Oliveira (2016) comenta que essa fotografia foi provavelmente produzida no distrito de Baringa. Ele ainda relata que o fato de os missionários se colocarem no primeiro plano pode significar uma espécie de afirmação de uma liderança que realizavam neste determinado local, apresentando-se como os principais líderes desse povo. Percebe-se também, no momento em que se compara com a imagem anterior, que nesta agora o grupo é menor, comportando diversas faixas etárias, mas também, em sua grande maioria, estão com o corpo coberto, ato que diz muito da implantação dos costumes europeus e da ideia de civilização. Embora nesses casos os missionários estivessem ao lado da população, lhes possibilitando uma voz que de outra forma não se faria ouvir, eles, os missionários, carregavam consigo a chamada “missão civilizadora” Essa fotografia representa muito isso, algo que vai ser destoante das demais.

Figura 7- Grupo de trabalhadores da borracha



Fonte: <https://monovisions.com/alice-seeley-harris-biography-human-rights-photographer/>

Entramos no campo das imagens que retratam mais os congoleses em si e todo o processo por eles vivenciado. Esta imagem tirada em Bongwonga, pela missionária Alice Harris, evidencia congoleses que trabalhavam na extração da borracha. Percebe-se que todos, estariam em condições de desenvolvimento que estão ligadas ao regime exaustivo de trabalho, se fazia necessário, para a exploração efetiva que esses homens tivessem condições aptas para trabalhar, nem que fossem mínimas. A frente do grupo, abaixado está uma pessoa, que aparentemente é uma criança, que provavelmente trabalhava junto na extração, ou seja, além do trabalho forçado dos homens adultos, vemos uma representação de trabalho infantil, o que não é de espantar para a época, pois na Revolução Industrial, foi utilizado muito trabalho infantil. Desde que não fosse crianças da realeza e da elite, estava tudo bem para o “padrão europeu”.

Outro fator é a precariedade, a extração da seiva da borracha não demandava grandes investimentos, ou seja, os cestos que eles estão segurando e mais alguns equipamentos rudimentares era o que eles utilizavam para realizar o trabalho. Isso explica os grandes lucros de Leopoldo II e das empresas privadas. Como já foi salientado, com baixo investimento, mão de obra forçada, sem remuneração ou mínima que fosse, os lucros, eventualmente seriam altíssimos.

A próxima imagem ilustra dois congoleses que estão acorrentados. Sua data também corresponde a 1904. Diferente das demais, essa representa o exato momento em que pessoas estão sendo tratadas como “animais”, ambos acorrentados, um algemado e os dois possuem uma corrente no pescoço, sendo comparada a uma coleira. Esse era um dos castigos presentes: além da privação da liberdade, eles estavam sendo castigados, possivelmente por não terem pago a cota de “impostos” cobrados pelos agentes para a manutenção da colônia.

Essas pessoas eram mantidas em cativeiro e submetidas a diferentes castigos para que servissem de “modelo” para os demais. Em caso de não pagamento de impostos ou das cotas de borracha, teriam o mesmo destino que eles. Se buscava reprimir e forçar os congoleses a servirem através do exemplo, da crueldade, do fim trágico que recairia sobre os “selvagens”.

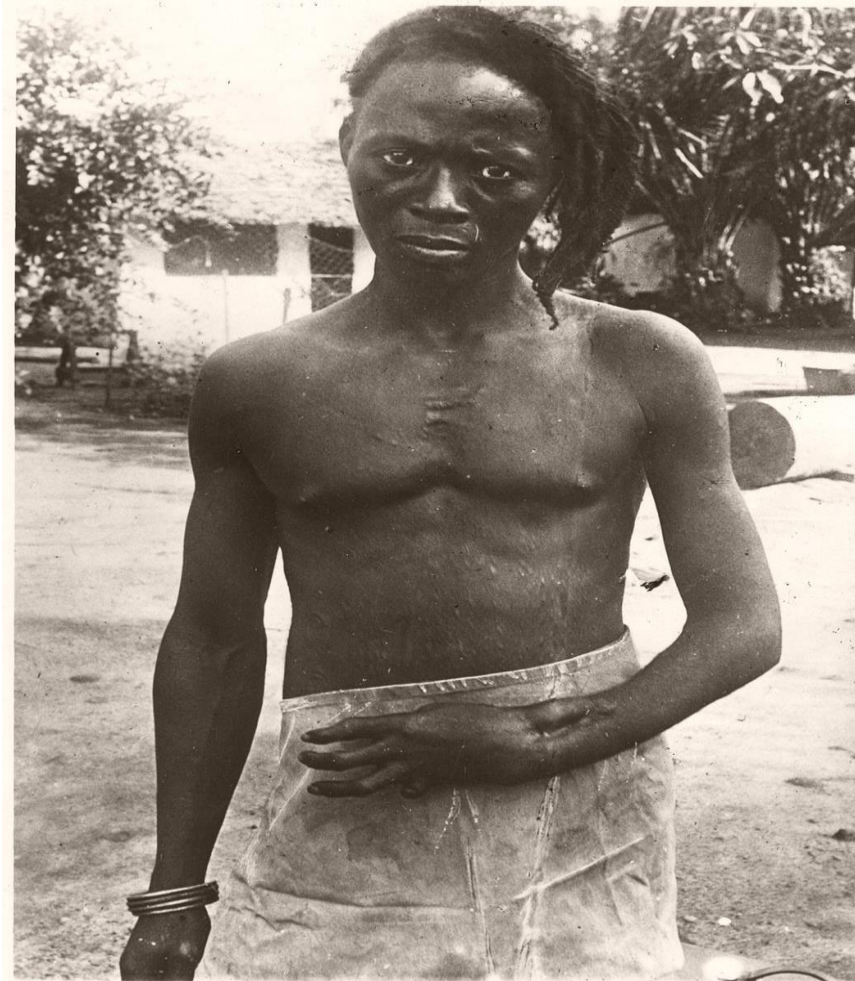
Figura 8- Dois congolesees acorrentados



Fonte: <http://malomil.blogspot.com/2014/03/as-aventuras-de-alice-no-coracao-das.html>

Em pleno século XXI, mesmo que a população mundial tenha convivido com vários horrores e com imagens que representam esse terror, as fotografias de Alice Seely Harris, tiradas entre aproximadamente 1898 e 1905, em preto e branco, são capazes de chocar qualquer pessoa pelo horror que exprimem. Quando consorciadas com o relato do que foi vivido por esse povo, o fato se torna mais chocante ainda. Até o momento, as imagens representadas aqui, foram “leves”, sem o teor chocante, que está presente nas outras representações. De fato, muitas de suas fotografias, fazem até o mais insensível dos seres humanos despertar um sentimento aterrorizado.

Figura 9- Nativo baleado no punho



Fonte: <http://negritude-ea.blogspot.com/2014/11/a-denuncia-em-foto-expedicao.html>

Essa fotografia já apresenta um teor mais voltado às atrocidades que eram cometidas. Nesse caso específico, a pessoa, identificado por *Bolomboloko* (PROJETO NEGRITUDE, 2014), foi baleado no punho por um guarda da borracha. Nota-se que a mão e parte do braço esquerdo ficaram completamente comprometidas devido a esse ferimento. Visualmente, o membro parece ter ficado totalmente atrofiado e possivelmente perdeu os movimentos da mão e do punho. Além da mão atrofiada, o punho mostra onde foi baleado, pois o ferimento cicatrizou, mas ficou aparente. Além disso, a feição no rosto não poderia ser outra, um olhar de revolta, um olhar e uma feição que mostra não compreender o propósito (se é que existia propósito, tirando o lucro financeiro...), de por que levou esse tiro. Esse mesmo olhar que desconhece, que se revolta, é o mesmo que interroga: será que nós somos mesmo selvagens e quem praticas esses atos aterrorizantes são os civilizados?! Será que é “através da bala” que estão levando as luzes da civilização para iluminar a selvageria?! Um grande misto de sentimentos e questionamentos permeia

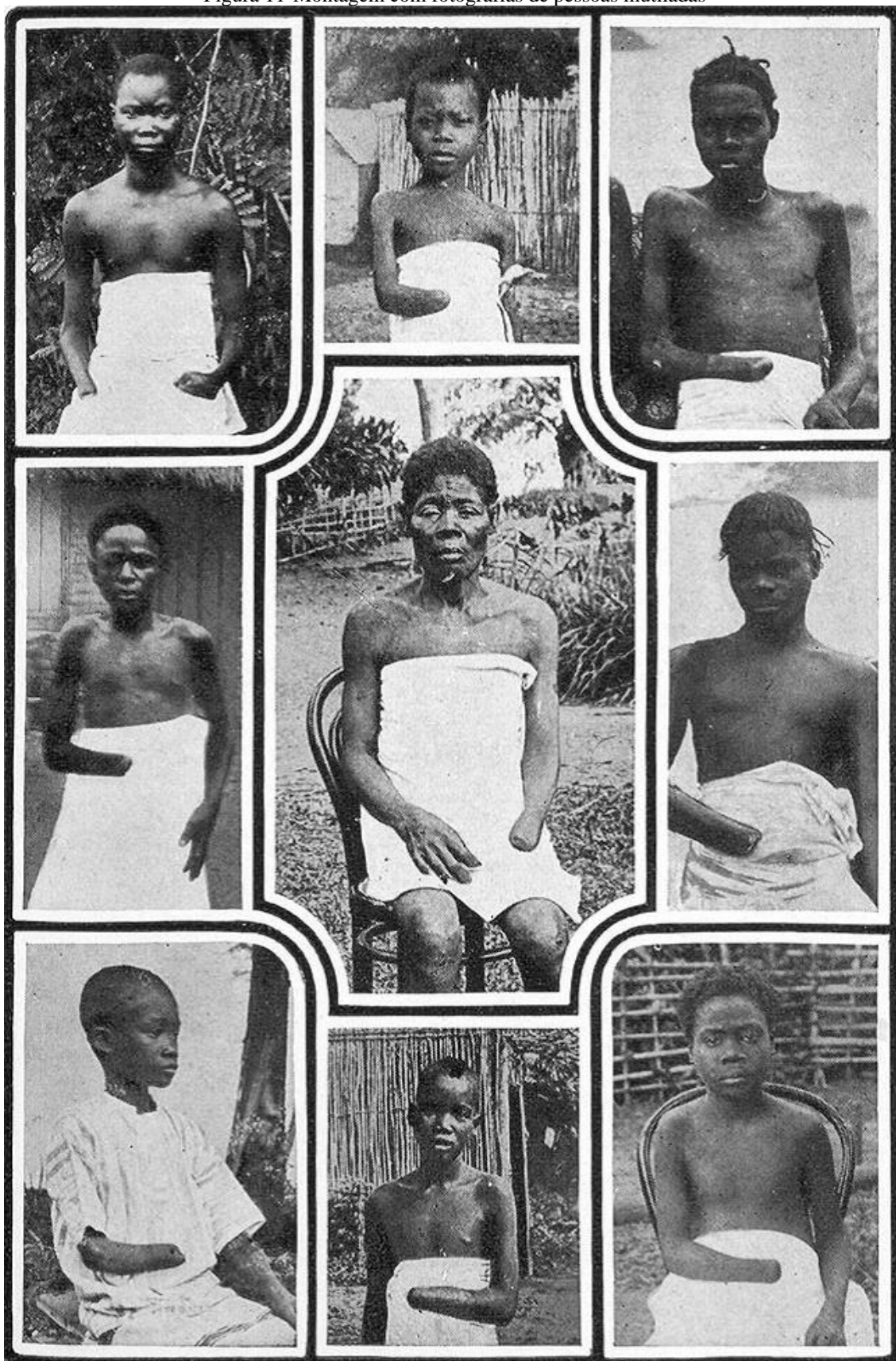
todo esse contexto histórico, bem como as imagens até aqui apresentadas e as que virão a seguir.

Figura 10- Crianças com as mãos cortadas



Fonte: <https://monovisions.com/alice-seeley-harris-biography-human-rights-photographer/>

Figura 11-Montagem com fotografias de pessoas mutiladas



Fonte: <http://malomil.blogspot.com/2014/03/as-aventuras-de-alice-no-coracao-das.html>

Figura 12- Isekausu com a mão mutilada por um guarda da borracha



Fonte: <http://negritude-ea.blogspot.com/2014/11/a-denuncia-em-foto-expedicao.html>

Agora, adentramos nas fotografias que de fato retratam as mutilações presentes no Estado Livre do Congo. Hochschild (1999) havia apontado, como já foi retratado neste texto<sup>10</sup>, que, a fim de diminuir o custo das munições e evitar possíveis desvios pelos soldados e sentinelas, estipulava-se como “atestado” de ter feito uso da munição para o devido fim (matar alguém) a mão direita do cadáver. Entretanto, muitos acabavam desviando munições e cortavam a mão de pessoas vivas. Da mesma forma, como uma das punições para o não cumprimento com a coleta das cotas de borracha necessária, o nativo poderia ter a sua mão decepada. Por esses fatores se presencia muitos homens, mulheres e crianças, que ficavam sem o membro (a mão).

“Normalmente”, era a mão direita a ser cortada, porém em alguns casos os agentes cortavam a mão esquerda também, caso que pode ser verificado na imagem 3.7, onde

---

<sup>10</sup> Ver página 36.

duas pessoas tem a mutilação da mão esquerda e não a direita como o restante dos fotografados.

Essa prática exprime bem a crueldade implantada no Estado Livre do Congo. As fotografias falam por si só, elas exprimem toda a crueldade do regime leopoldiano. Se levarmos em conta os números apurados por Hochschild (1999), lembramos que ele considera que esse genocídio matou aproximadamente 10 milhões de pessoas, de todas as formas já mencionadas aqui<sup>11</sup>. Entretanto o número de pessoas que tiveram as mãos e membros mutilados não foi mencionado e seria quase que incontável, pois esses castigos eram comuns e estão amparados somente na ganância dos homens, provocando um terror sem medidas e muitas vezes nem mencionadas. Isso, conseqüentemente, gerou um trauma na região que permanece, possivelmente, até os dias de hoje. O mesmo autor relata que muitos agentes do alto escalão da Force Publique, além de decepar mãos e cabeças, realizavam ainda outros procedimentos cruéis, como usar o revólver para abrir buracos nos lóbulos das orelhas dos africanos. Em um caso específico, na tentativa de completar a cota de borracha necessária, os africanos misturaram terra e pedras no meio do látex para não serem castigados. Nesse caso, foram descobertos e o agente os obrigou a comer as “impurezas”.

Falar no genocídio é muito importante, mas se faz necessário também sempre lembrar que muitos não morreram, mas tiveram que conviver com um regime exploratório, abusivo e de imenso terror. A barbárie se fazia presente no dia a dia, e deixou feridas expostas até os dias de hoje: as mãos decepadas, as mutilações, as atrofias são exemplos, mas esse regime transcendeu o que se poderia classificar como ato desumano, embora praticado por seres humanos que se viam como “superiores”. Isso é retratado nessas últimas imagens (9; 10; 11 e 12): a real manifestação do terror e do que poderíamos classificar como um regime extremamente autoritário e sustentado pelas mortes mutilações, algo que se apresenta nessas duas próximas fotografias a serem apresentadas.

---

11 Ver páginas 39-40.



Figura 13- Congolese segurando mão decepadas



Fonte: <https://cartasabertas.com.br/wp-content/uploads/2021/03/rei-leopoldo-ii-2-300x180.jpg>

Nesta fotografia, vemos três congoleses, acompanhados de dois missionários, onde provavelmente um deles é John H. Harris, marido de Alice. Os dois congoleses que estão no plano principal da foto, estão segurando três mão decepadas, essas provavelmente de pessoas que foram mortas em algum massacre ou por não cumprirem com as suas “obrigações”. Nota-se como esses homens apresentam um alto grau de subnutrição, é possível ver os ossos das costelas deles, que estão aparentes sob a pele. Os seus rostos apresentam uma grande revolta, segurar as mãos de seus semelhantes não seria nada fácil. É quase inconcebível, pensar nos dias de hoje, que esse regime se deu em nome do “progresso”. O horror manifestado por essa fotografia é algo que transcende grande parte dos parâmetros de análise, afeta o nosso olhar subjetivo, pensá-la como meramente uma fotografia não atribui o total parâmetro necessário. Essa fotografia é de fato uma prova documental de uma barbárie, da atrocidade, provocada em solo congolês, pela mão de um Rei Belga, ou melhor, um rei branco.

Figura 14- Nsala observa a mão e o pé mutilado de sua filha



Fonte: <http://negritude-ea.blogspot.com/2014/11/a-denuncia-em-foto-expedicao.html>

A escolha dessa fotografia, como a última a ser aqui retratada, não foi por acaso. Essa, para mim, é das mais aterrorizantes fotografias tiradas por Alice Seely Harris, não somente pelo horror exposto, mas por todo o contexto de que ela faz parte. O homem da fotografia é Nsala. Ele foi até a missionária, na casa onde ela morou grande parte do tempo em que esteve no Congo, em Baringa. Ele levava junto consigo, enrolado em uma folha de bananeira, o pé e a mão de sua filha. A sua aldeia havia sido atacada por sentinelas de uma companhia da ABIR<sup>12</sup>, após não entregarem a cota de borracha. Eles teriam matado a mulher e a filha de Nsala, que na época era uma criança. Essa fotografia data de 1904. Para mim, essa é uma das fotografias mais importantes feitas pelas missionária e expõe de forma crua a violência do regime leopoldiano, centrado no uso da força e da morte. Podemos classificar o ato e Nsala, como um ato de resistência perante o regime, a tentativa e expor ao mundo os horrores por eles sofridos, mas também manter vivo a imagem da barbárie provocada por Leopoldo II.

Essa fotografia é a própria “imagética do terror”, um ato assombroso, a manifestação do horror, do inconcebível e do inimaginável. O ponto a que chegou a

---

12 Anglo-Belgian India Rubber Company.

ganância humana mal disfarçada sob o manto do “progresso” e da missão civilizatória que o Rei Leopoldo II tanto aclamava e se glorificava. Um pai que, naquele momento, estava sem sua esposa e sua filha, e não por ação da natureza ou alguma doença que acometesse ambas, mas sim pela ação de pessoas “doentias” para as quais, possivelmente, matar uma mosca ou um ser humano não teria a mínima diferença. Hoje em dia, no século XXI, dizer que isso seria provocado por pessoas doentias seria a “melhor” explicação para que uma pessoa fosse capaz de cometer um ato tão sombrio, dessa magnitude. Entretanto, para a época, século XIX e início do XX, esse ato se justificava e se pautava em várias teorias racistas presentes na Europa. À luz do chamado Darwinismo Social<sup>13</sup>, muitos horrores foram praticados e encobertos por toda uma nação que enraizou em seu pensamento a ideia de que o homem branco fosse superior ao negro, sendo o negro colocado na categorização próxima ao de animal. “A articulação dessas falácias propicia que a política acolha a noção de raça como princípio do corpo político, o que é fundamental para apresentar como legítimas a desigualdade, a opressão e a violência”. (HERNANDEZ 2008, p.132). Essas “falácias”, usadas pela autora, são em relação a conceitualização de raças, como inferiores e superiores.

Em linhas gerais, esse foi um dos grandes impactos do imperialismo no Estado Livre do Congo (que livre, vimos, era só no nome). O imperialismo proporcionou de um lado a extração de riquezas para o rei e o Estado belga e, de outro lado, o genocídio de milhões de pessoas, além das inúmeras mutilações e castigos ao que foram submetidos os congolezes. O conceito de civilização parece ter distinção do que se implantava na Europa e do que esses europeus implantaram na África, o “levar o progresso e as luzes da civilização”, na verdade levou a brutalidade e a morte para o povo congolês.

Todo esse “funcionamento” da colônia de Leopoldo II, todas essas mortes provocadas e esse período de terror implantado, foi chamado por Antônio J. A. de Oliveira (2016), de um aparelho sistemático de morte, que dizimou milhões de africanos. Em suas palavras, podemos ver que as mortes não foram obras do acaso, mas necessárias para a manutenção do funcionamento do regime leopoldiano, necessárias para submeter os

---

13 Foi uma teoria racista, difundida em toda a Europa durante os séculos XIX e XX, onde pregava que as sociedades evoluíam de estágio mais primitivo a um estágio mais civilizado. No caso, o civilizado era o europeu. Segundo isso, os europeus poderiam ocupar e deveriam civilizar os outros povos tidos como primitivos (africanos). Essa teoria se apoiava na teoria da “Evolução das espécies”, de Charles Darwin. O chamado Darwinismo social ou racial, se dizia ser uma teoria científica e realizava inúmeras exposições e experimentos, onde analisavam e diziam chegar ao “resultado” de que os negros africanos eram inferiores aos brancos europeus.

negros aos trabalhos forçados, necessárias para os brancos europeus e civilizados obterem seu lucro. Milani (2011) retrata que, “este era o fardo do homem negro: ter que conviver com o civilizado homem belga”. De fato, isso nos provoca a pensar, o que se pode classificar como civilização e o que de fato é civilização?! Se o que foi descrito aqui é “as luzes da civilização”, ficar na “escuridão”, acredito, seria uma escolha muito melhor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da elaboração deste trabalho, buscou-se analisar as fontes e as referências da forma mais nítida possível, explorando todos os pontos já levantados para a construção dessa narrativa acerca do processo de partilha da África, da criação e administração do Estado Livre do Congo e, por fim, do trabalho missionário elaborado por Alice Seely Harris, que retratou em fotografias o horror vivenciado por aquele povo.

Ao fim deste trabalho, pode-se ver que grande parte dos objetivos propostos foram alcançados e, acima disso, novas questões puderam ser levantadas, como a possível tentativa de apagamento dessa barbárie dos anais da História. Essa tentativa foi feita pelo estado belga, que não queria ver a imagem do seu grande rei como um genocida.

As imagens foram utilizadas conforme elas se propunham: denunciar e assegurar uma prova documental das atrocidades praticadas, pois na guerra de narrativas criada a respeito disso, onde um lado afirmava e o outro refutava, essas fotografias trouxeram a veracidade dos fatos ao que já vinha sendo denunciado nos finais do século XIX e início do XX.

Percebeu-se como o trabalho da missionária, junto de todos os outros relatos já antes coletados, foi essencial para a denúncia da barbárie no Congo, que culminou com o Rei Leopoldo II abrindo mão da sua colônia para o Estado belga. Outro fator apresentado é o de quanto os europeus justificavam suas ações alegando estarem fazendo o bem para os africanos e “cumprindo” com o grande “fardo do homem branco”, que era o de levar as luzes da civilização aos selvagens e, portanto, não-civilizados. Na verdade, nunca foi uma “boa ação” para os africanos, mas sim uma ação imperialista dos europeus e dos países da Europa. Havia uma “cortina” de obra filantrópica (como Leopoldo denominava a sua intervenção), mas foi uma obra exploratória que buscou o lucro a todo instante e dos modos mais cruéis já presenciados. Provocou um genocídio e isso não pode ser esquecido.

Como foi realizado por parte da grande elite belga da época a tentativa de apagamento dessa história, esse trabalho se coloca na função contrária, na função de

manter viva, (por mais horrível que seja esse fato) a história das atrocidades feitas por um rei belga, branco, contra o povo congolês. Essa história deve ser lembrada e não apagada, o ato de se omitir perante isso é o mesmo ato de apoiar o opressor. Esse trabalho, acima de tudo, buscou evidenciar isso, buscou questionar o que de fato é civilização e o que é “ser civilizado”. Esta foi a grande questão norteadora em boa parte do trabalho, que visou mostrar o que os “grandes civilizadores” são capazes de fazer quando se tem um enorme poder na mão. O Congo presenciou muitos europeus adentrarem seu território e dele usufruírem como bem entenderam e ainda dizimar a metade sua população, de forma direta ou indireta, produzindo um genocídio de aproximadamente 10 milhões de pessoas. De fato, os números são espantosos, só não são mais espantosos do que a maneira cruel com que os agentes de Leopoldo agiram. Não há palavras que consigam conceber tamanha crueldade, algo que somente as fotografias da missionária deram conta de projetar. Resistências!

## REFERÊNCIAS

AJAYI, J. F. Ade (Org.). **História Geral da África VI: África do século XIX até a década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010. 1032p.

BRUNSCHWING, Henri. **A Partilha da África**. Lisboa: DomQuixote, 1971.

HERNADEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à História Contemporânea**, 3. ed. São Paulo: Selo Negro, 2008. 678p.

HOCHISCHILD, Adam. **O fantasma do Rei Leopoldo: Uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 378p.

HONORATTO, Felipe Antônio; PAIVA JÚNIOR, Paulo César de A. Rei branco, morte negra: um olhar sobre a trajetória psicopolítica de Leopoldo II da Bélgica. **Revista Áfricas**, Alagoinhas, v.7, n.13, p. 245-258, 2020.

MILANI, Martino Camargo. **Estado Livre do Congo: Imperialismo, a roedura geopolítica (1885-1908)**. Dissertação de Mestrado. 170 fls. Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas. Departamento da História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

NASCIMENTO, Evelyn Rosa do. **Entre o silêncio e o reconhecimento: O processo de independência e os movimentos de libertação no Congo-RDC (1956-60)**. 2015. 130 f. Dissertação (Mestrado em Concentração relações de poder e cultura) - UFRRJ, Seropédica, 2015.

OLIVEIRA, Antônio José Alves de. **A única testemunha que não pode corromper: fotografias e disputas pela verdade no Estado Livre do Congo (1885- 1908)**. Expedições: Teoria da História & Historiografia, Santa Catarina, ano 7, n.2, ago./dez.2016.

SANTOS, Klinger Atuy dos; SILVA, Debora Aparecida. Uso da Fotografia documental como fonte histórica. **Revista educação**, Guarulhos, v.11, n.2, p.67-79, 2016.

SILVA, Ana Beatriz de Oliveira Falcão. **Dominação Colonial e o Debate sobre "raça" nas relações internacionais: Caso do Estado "Livre do Congo" (1885-1908)**. 2021. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica, Goiás, 2021.

SILVA, Henrique M. Alguns apontamentos sobre o uso de fotografias em pesquisas Históricas. **Revista de História regional**, v.5, n.2, p. 137-148. 2000.

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha Europeia e conquista da África: apanhado geral. *In*: BOAHEN, Albert Adu. **História Geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010.p 21-50.